

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020

I – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020

II – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1.091/2020

III - REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal n.º. 8.666/93, Lei Municipal de Licitações 294/2006, Lei Complementar n.º. 123/06, Lei Federal n.º. 11.598/07 e regulamentada supletivamente pela Lei Municipal n.º. 456/10.

IV - TIPO DE LICITAÇÃO e REGIME DE EXECUÇÃO: Menor Preço Global / Execução indireta por empreitada por preço unitário.

V - OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplenagem para atender as necessidades da PMMSJ - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

VI - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

DATA: 05 de fevereiro de 2020.

CREDENCIAMENTO: 08h30min às 08h59min.

INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min

LOCAL: na Sede da Prefeitura do Município – Sala de Reunião 06/COMPEL, localizada na Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João-Ba.

6.1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este EDITAL serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de Mata de São João que se seguir.

VII - OBJETO

7.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplenagem para atender as necessidades da PMMSJ - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, conforme especificações constantes no **Anexo II**.

VIII - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. Serão admitidas nesta licitação as empresas portadoras de CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC, expedido pela Secretaria de Administração do Governo do Estado da Bahia/SAEB, que as capacite para a execução dos serviços que constituem o objeto desta licitação e que satisfaçam, integralmente, as suas condições e de seus anexos **ou** aquelas empresas que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento emitidas até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

8.2. Não será admitida a participação:

8.2.1. conjunta de empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias integrais entre si, ou que, independentemente, credenciem um mesmo representante;

8.2.2. de mais de um representante de cada empresa, durante o certame, o qual deverá comparecer munido de credencial, bem como a representação de qualquer pessoa física ou jurídica, de mais de uma empresa licitante;

8.2.3. empresas inidôneas ou suspensas por qualquer órgão ou entidade governamental, ou que estejam concordata ou com falência decretada ou requerida;

8.2.4. empresas que não tenham cumprido, integralmente, contratos firmados ou que, embora ainda vigente, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com esta Prefeitura, quer com outros órgãos e entidades públicas;

8.2.5. pessoas físicas;

8.2.6. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

8.2.7. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

8.2.8. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

8.3.9. empresas que tenham participação na elaboração do **projeto básico** ou **executivo** do objeto licitado, na forma do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

8.3.10. Não serão permitidos consórcios para a execução do objeto deste Edital.

8.4. Uma vez terminada a fase de credenciamento, não será permitida a participação de licitantes retardatários, salvo se os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ser consignada na Ata da Sessão.

8.5. A qualquer tempo, antes da data limite para apresentação das propostas, poderá a COMISSÃO, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação de novo AVISO, na imprensa escrita, com restituição de todos os prazos exigidos por Lei, exceto quando, INQUESTIONAVELMENTE, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

IX - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Os elementos que compõem a DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, devidamente ordenados, por índice, numerados e encadernados, serão apresentados em 02 (dois) invólucros distintos e lacrados, os quais deverão conter na parte frontal:

Prefeitura Municipal de Mata de São João
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplenagem para atender as necessidades da PMMSJ - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.
Nome e Endereço do licitante:
Identificação dos Envelopes:
 - ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS
 - ENVELOPE B – HABILITAÇÃO

9.2. Não será admitido encaminhamento de proposta via fax, via postal ou similar.

9.2.2. A colocação de elementos de **um envelope em outro** acarretará a desclassificação ou inabilitação da proponente.

9.2.3. As propostas deverão ser elaboradas com atendimento rigoroso das instruções contidas neste Edital e em seus anexos;

9.2.4. Os documentos solicitados deverão ser apresentados em original ou cópias autenticadas por tabelião ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Mata de São João.

9.2.5. Para que os documentos dos licitantes sejam autenticados por servidor da Prefeitura, será necessário o comparecimento do interessado ao Setor de Licitação, munido de originais e cópias, até o último dia útil anterior à realização da Sessão de Abertura conforme o TÓPICO VI - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES;

9.2.6. As cópias dos documentos emitidos, através da Internet, **NÃO** necessitarão estar autenticadas, tendo em vista que a validade de tais documentos está condicionada à verificação da autenticidade nos respectivos *sites*: ficando os licitantes advertidos que, no caso de apresentação de documentos falsificados, a Administração levará a situação ao conhecimento do Ministério Público, para que este órgão tome as providências cabíveis.

9.3. INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.3.1. O preço será CIF, portanto, livre de impostos, taxas, contribuições, fretes, seguros ou quaisquer outras despesas;

9.3.1.1. Apresentar CD-R, contendo proposta de preço, com indicação dos preços unitários, e o BDI detalhado. Estando as planilhas **completamente destravadas, sem senhas de acesso.**

9.3.1.2. As planilhas deverão ser apresentadas com arredondamento de 2 (duas) casas decimais utilizando a fórmula “ARRED”, tanto no preço unitário quanto no preço total;

9.3.13. A apresentação dos valores unitários e totais não deverá ultrapassar os valores ofertados da planilha orçamentária do edital.

9.3.2. Na formulação da proposta de preços, a licitante deverá considerar **todas as despesas** e custos com os trabalhos a serem executadas, tais como: mão-de-obra, salários, encargos sociais para-fiscais, trabalhistas, seguros, transportes, tributos, despesas diretas e indiretas, taxas e contribuições relacionadas com o seu cumprimento. A PMSJ não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de despesas ou custos não considerados nos preços ofertados, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de tributos ou encargos sociais e trabalhistas.

9.3.3. Ficando comprovado, durante a execução do Contrato, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso dos valores corrigidos porventura pagos à **CONTRATADA**.

9.3.4. As LICITANTES deverão apresentar Planilha de Preços Geral, com preço em moeda nacional com aceitação de dois dígitos após a casa decimal.

9.3.5. As LICITANTES deverão apresentar preço unitário do item cotado, em algarismo, e o valor total, em algarismo e por extenso, prevalecendo o valor unitário caso haja divergência entre ele e o valor total; e, havendo divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, deve prevalecer o valor por extenso;

9.3.6 Não será admitida proposta final da empresa vencedora que apresente preços global ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9.3.7. Ficando comprovado, durante a execução do Contrato, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso dos valores corrigidos porventura pagos à **CONTRATADA**.

9.3.8. A execução dos serviços objeto desta licitação deverá ser concluída conforme os prazos máximos determinados nas Ordens de Serviços, a contar do recebimento destas.

9.3.9.1. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no §1º do art. 57, observando-se o disposto no seu § 2 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.3.10. Os serviços objeto da presente licitação deverão ser prestados, no município de Mata de São João-BA.

9.4. CONTEÚDO DO “ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS”.

9.4.1. A Proposta Comercial formulada e os documentos que a instruírem quando for o caso, será apresentada obedecendo aos seguintes requisitos:

9.4.1.1 em uma via, impressa preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante (exceto documentos emitidos por terceiros que sejam a ela anexados, quando couber), rubricada em todas as suas páginas e assinada na última, sob carimbo, pelo Representante Legal, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso corrente em outra língua.

9.4.1.2. preço em moeda nacional com aceitação de dois dígitos após a casa decimal;

9.4.1.3. apresentar Planilha de Preços, conforme definido no **ANEXO II – Termo de Referência**, tudo de acordo com as orientações contidas no mencionado **ANEXO II** deste instrumento. O preço unitário em algarismo, o preço total do item em algarismo e o preço global do objeto em algarismo e por extenso, prevalecendo o valor unitário caso haja divergência entre ele e o valor total; e, havendo divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, deve prevalecer o valor por extenso.

9.4.1.4. conter **declaração** que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços, transporte, instalação, frete, seguro, taxas, combustível, impostos e demais encargos incidentes, incluindo também as despesas com alimentação, transporte e hospedagem dos funcionários da empresa, não cabendo quaisquer reclamações posteriores; constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato.

9.4.1.5. conter **oferta** firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

9.4.1.6. validade não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

9.4.1.7. conter **declaração**, indicando o(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Contrato, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente.

9.4.1.8. conter **declaração** informando **Instituição Financeira (Banco), número da Agência e número da Conta Corrente**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação.

9.4.1.9. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

9.4.1.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo, os serviços respectivos serem executados sem quaisquer ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Mata de São João.

9.4.1.11. A apresentação da proposta comercial **implica** na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5. Todos os dados constantes da proposta **são** de inteira responsabilidade do proponente, não podendo arguir omissões, enganos e erros, para alterar posteriormente o valor global da proposta.

9.6. Não serão aceitas Propostas de Preços contendo emendas, rasuras, entrelinhas ou que ofereçam vantagens **não** previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

9.7. A aceitação da proposta será feita para o **menor preço global**, observando-se a exequibilidade dos preços propostos.

9.8. Não será admitida proposta que apresente preços global ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9.9. Serão **desclassificadas** as propostas que:

9.9.1. Não atendam às exigências do Edital e seus anexos;

9.9.2. Contiverem emendas, borrões ou rasuras;

9.9.3. Apresentarem proposta alternativa.

9.9.4. propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

9.9.6 Para os efeitos do disposto no inciso II, art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) valor orçado pela administração.

9.10. CONTEÚDO DO “ENVELOPE B - HABILITAÇÃO” - A documentação relativa à habilitação, deverá ser apresentado em 1 (uma) via e consistirá em:

9.10.1. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL:

9.10.1.1. Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), dentro do período de validade do mesmo.

9.10.1.1.1. A empresa que não tiver CRC - Certificado de Registro Cadastral deverá apresentar no envelope de habilitação os documentos necessários para o referido cadastramento, observada a necessária qualificação, perante o Setor Cadastral da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), conforme a Relação de

Documentos apresentada por aquele Órgão.

9.10.1.1.2. Conter **declaração** emitida pelo licitante da **inexistência de fato superveniente** à expedição do CRC e à expedição dos documentos necessários e comprobatórios referentes à habilitação jurídica e regularidade fiscal, que o inabilite a participar da Licitação.

9.10.1.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.10.1.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da Sede do licitante, na forma da Lei.

9.10.1.4.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal deverá incluir, obrigatoriamente, a CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

9.10.4.3. Prova de regularidade do empregador, mediante apresentação do Certificado de Regularidade de FGTS – CRF.

9.10.4.4. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

9.10.4.5. Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº. 123/06 e na Lei Municipal Nº. 456/10.

9.10.4.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.10.2. Quanto à qualificação **TÉCNICA**:

9.10.2.1. Comprovação de aptidão técnica, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da Empresa e/ou em nome dos seus responsáveis técnicos indicados pela empresa, devidamente registrados no CREA e/ou CAU. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente;

9.10.2.1.1. Em atendimento ao disposto no § 3º, art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 será sempre admitida à comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.10.2.1.1.1. O **atestado** deverá ser apresentado com o **reconhecimento da firma** de quem o emitir, salvo os documentos públicos, conforme o Art. 19, II da Constituição Federal.

9.10.2.2. Certidão de Registro da empresa no CREA e/ou CAU, contendo os dados cadastrais atuais, comprovando sua regularidade perante o referido Conselho no Ato da Assinatura Contratual;

9.10.2.3. Declaração informando quem será o **responsável técnico pelos serviços**:

9.10.2.3.1. Caso, os responsável(eis) técnico(s) pelos serviços seja(m) o(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa, o seu nome deve constar na Certidão solicitada no item **9.10.2.2**.

9.10.2.3.2. Caso o(s) responsável(eis) técnico(s) pelos serviços não seja(m) o(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa, deverá a licitante **declarar e comprovar** qual o seu vínculo com o(s) responsável(eis) técnico(s) e apresentar a sua no CREA e/ou CAU, contendo os dados cadastrais, comprovando sua regularidade perante o referido Conselho no Ato da Assinatura Contratual;

9.10.2.3.3. Anexar **declaração** individual dos profissionais indicados no item 9.10.2.3., autorizando sua inclusão como profissional integrante da Equipe Técnica responsável pela prestação dos serviços licitados e que irá participar na execução dos trabalhos, inclusive quando o responsável técnico compõe o Contrato Social da empresa ou se também é o Representante Legal da Licitante.

9.10.3. quanto à qualificação **ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.10.3.1. Certidão de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da licitante, referente a Filial ou Matriz, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores a data de realização desta licitação, devendo ser observada sempre a sua vigência.

9.10.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.3.2.1. Os licitantes, independente de porte, atividade ou forma de tributação, deverão apresentar "notas explicativas" quando das demonstrações contábeis, conforme Resoluções CFC N.º. 1.185/09 – NBC TG 26, N.º. 1.255/09 – NBC TG 1000, 4.º. do Art. 176 da Lei N.º. 6.404/76.

9.10.3.3. A boa situação financeira de todas as licitantes será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial;

LG = Ativo Circulante + Realizável A Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível A Longo Prazo

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível A Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.10.3.4. A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha Balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um (> ou = a 1), conforme fórmula a seguir indicada:

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

9.10.4. Os índices de que tratam os itens **9.10.3.3.** e **9.10.3.4.**, serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, através da Declaração de Habilitação do Profissional - DHP.

9.10.5. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores de quatorze a dezoito anos, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, na forma do modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

9.10.6. Apresentação de **declaração** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que:

- a) aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) executará os serviços de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Mata de São João;
- c) obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Mata de São João, durante a execução dos serviços;
- d) entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

1.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.7. As cópias dos documentos emitidos através da Internet não necessitarão estar autenticadas, tendo em vista que a validade de tais documentos está condicionada à verificação da autenticidade nos respectivos *sites*, ficando os licitantes advertidos que, no caso de apresentação de documentos falsificados, a Administração levará a situação ao conhecimento do Ministério Público, para que este órgão tome as providências cabíveis.

9.10.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

X - PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO DESTA LICITAÇÃO

10.1. No horário, data e local estabelecidos no **Tópico VI** deste Edital, as licitantes deverão comparecer, através de representantes legalmente constituídos, sendo exigida a apresentação de provas documentais do seu Credenciamento.

10.1.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto à Comissão por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar desta Sessão Pública, qual seja, **procuração pública, procuração particular ou carta de credenciamento**, acompanhado cópia do documento de identificação com foto.

10.1.1.1. Caso seja apresentada **carta de credenciamento** ou **procuração particular**, será necessário o reconhecimento da firma do subscritor, que deverá ter poderes para outorgá-la.

10.1.2. A **procuração particular** ou **carta de credenciamento** de que trata o item anterior deverá ser apresentada em conjunto com a **cópia do Estatuto ou Contrato Social Consolidados** devidamente registrados no Órgão Competente.

10.1.3. Cada licitante far-se-á representar por seu titular ou mandatário constituído e somente estes serão admitidos a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo representado.

10.1.4. Nos casos em que a empresa estiver representada por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social Consolidados**, devidamente registrados no Órgão Competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhado cópia do documento de identificação com foto.

10.1.5. Nos casos em que as empresas licitantes estiverem enquadradas como **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte –EPP ou Micro Empreendedor Individual –MEI**, deverão apresentar **declaração** conforme o exemplificado no **ANEXO I - Modelo de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, acompanhada** de documento comprobatório referente ao enquadramento de acordo com a determinação legal, qual seja, Certidão Simplificada da JUCEB

10.1.6. Após o encerramento da fase de credenciamento, não será permitida a participação de retardatários, salvo, na condição de ouvintes.

10.2. Somente o representante legal da licitante interessada (dirigente ou credenciado) poderá manifestar-se e requerer registros em Ata, desde que presente à sessão.

10.3. Na Sessão Pública, será aberto primeiro o **Envelope A**, contendo a Proposta Comercial, de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 15 da Lei Municipal de Licitações nº. 294/2006. A COMPEL verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos neste edital.

10.3.1. Nas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada será utilizado critério de desempate, conforme Lei Complementar N°. 123/2006 e alterações posteriores, devendo proceder-se-á da seguinte forma:

10.3.1.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada deverá apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após Resultado das Propostas Comerciais, sob pena de preclusão dos direitos que lhes são concedidos pela Legislação específica.

10.3.1.1.1. **O prazo a que se refere o Item anterior poderá ser alterado em razão de interposições de Recursos, os quais serão devidamente comunicados pela Presidente da Comissão de Licitações do Município, sendo considerado para atendimento do Item 10.3.1 novo prazo máximo de 01 (um) dia útil após Resultado do Recurso.**

10.3.1.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais em relação às propostas apresentadas sejam iguais ou até

10% (dez por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4.2. Após o julgamento e classificação das propostas, a COMPEL procederá a abertura do **Envelope B**, contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes classificados.

10.4.3. Após o julgamento e classificação das Propostas, a COMPEL procederá a abertura dos ENVELOPES B, contendo a documentação relativa à Habilitação das concorrentes classificadas, caso as empresas desclassificadas, se houver, abram mão do prazo recursal devidamente registrado em Ata.

10.4.4. A COMPEL deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados.

10.5. Esta licitação será processada e julgada com observância ao disposto nos artigos 43, 44, 45 e 48 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo considerada Vencedora a licitante que apresentar o menor preço global, obtido pelo somatório de todos os preços unitários dos serviços objeto desta licitação, conforme o **Anexo II – Termo de Referencia**, onde consta a Planilha para Estimativa dos Preços Unitários e Global.

10.6. A análise da Comissão a respeito dos elementos de cada envelope será efetuada, a critério exclusivo da mesma, na Sessão Pública de Abertura ou em reunião reservada da Comissão, sendo, neste caso, determinado o dia e a hora da próxima Sessão Pública, quando será anunciado o julgamento da Comissão ou publicando o resultado na Imprensa Oficial ou por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

10.7. Poderá a COMPEL solicitar aos licitantes esclarecimentos, informações e dados adicionais necessários ao julgamento das propostas. As respostas não poderão implicar em modificações das condições originalmente propostas e deverão ser prestadas sempre por escrito, no prazo estabelecido pela COMPEL, sob pena de desclassificação.

10.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições deste Edital, seus anexos e as propostas manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei 8.666/93.

10.9. Em igualdade de condições, como critério de desempate, serão aplicadas as regras impostas pelo art. 45, §2º da Lei 8.666/93.

10.10. Em caso de sorteio, será o mesmo lavrado em ata específica, devendo haver convocação de todos os licitantes, através de ofício fac-símile ou publicação no Diário Oficial, caso não se processe na própria sessão de abertura dos envelopes de preços.

10.11. A critério da COMPEL, todas as decisões referentes a esta licitação poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial for obrigatória:

- a) nas reuniões de abertura de envelopes.
- b) no Diário Oficial.
- c) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

XI - CONTRATAÇÃO

11.1. A Prefeitura Municipal de Mata de São João providenciará por sua conta a publicação do extrato do Contrato celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

11.2. O licitante vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.2.1. Para que ocorra a assinatura do Contrato em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

11.2.2. Quando o adjudicatário não comparecer no prazo estabelecido no item anterior, a PMSJ poderá convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista no § 2º do art. 64 da Lei 8.666/93.

11.3. O Contrato, decorrente da presente licitação, a ser assinado com o licitante Vencedor terá prazo de vigência até **31 de dezembro de 2020**.

11.4. Este Edital, seus Anexos, a proposta da **CONTRATADA** serão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

11.5. O Contrato firmado com a PMSJ não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem sua autorização expressa, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

11.6. O Contrato decorrente desta licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93.

11.7. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Concluir a execução dos serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste Edital e anexos.

b) Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, isentando a PMSJ de qualquer responsabilidade;

c) Comunicar, por escrito, a PMSJ qualquer dificuldade eventual que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas as providências cabíveis em tempo hábil;

d) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes ao objeto deste Edital;

e) Não sub-contratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o Contrato, **exceto o Item “Sondagem por metro linear perfurado em solo”, o qual será permitido a Subcontratação, tal Item pertence ao Lote III,**

f) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo, a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, desde que devidamente apurados na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMSJ, no prazo máximo de até 2 (dois) dias da ocorrência;

g) Arcar com todos os encargos de natureza tributária, social e para-fiscal e as obrigações trabalhistas e previdenciárias, vez que não haverá vínculo empregatício dos empregados da **CONTRATADA** com a PMSJ, conforme estabelece o artigo 71 da Lei 8666/93;

h) Arcar com todas as obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho das suas tarefas, ainda que ocorrido nas dependências da PMSJ;

i) Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer infrações, seja qual for, praticada por seus empregados nas dependências da PMSJ.

j) Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, a PMSJ, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

k) Apresentar à Contratante, semestralmente e ao final do Contrato, cópias da Relação de Empregados registrados no CNO, com referência aos serviços, objeto do mencionado Contrato, assim como as Rescisões Empregatícias ocorridas no mesmo período, se necessário.

l) Ficará responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

m) Apresentar no prazo máximo de 30 dias a **ART e/ou RRT** emitida pelo CREA e ou CAU, referente ao objeto desta licitação, referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, e outras peças técnicas em conformidade com a Súmula TCU 260;

XII - PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A PMSJ pagará à **CONTRATADA**, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, de acordo com os serviços efetivamente executados, após aprovação das medições mensais, após o recebimento, conferência e aceite dos referidos serviços, por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor,

12.1.1. A conferência dos serviços executados se dará em conformidade com as medições mensais e deverão ter a aprovação da **Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/PMSJ**.

12.2. Os pagamentos indicados no item anterior somente serão liberados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, emitida em nome da Prefeitura Municipal de Mata de São João.

12.3. O valor do Contrato poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses, a partir da data da proposta, tomando-se por base a variação do índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

12.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

12.5. As despesas com a contratação para execução dos serviços, objeto desta licitação correrão à conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei N.º 765/2019:

ÓRGÃO/U.O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATURA DA DESPESA	FONTES
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	16	512	003	1007	Ampliar o Sistema de Abastec. de Água	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	17	512	003	1008	Concluir Sistema de Esgot Sanitário	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	15	451	003	1009	Pavimentação, Cont., Dren. Paisag. Nas Ruas, Av e Encostas	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	04	122	003	1011	Construção, Ampliação e Requalificação de Prédios Públicos	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	15	451	003	1012	Construção, Ampliação e Requalificação de Equipamentos Públicos	3.3.90.39.23	00 42
05.00 – SEDUC 05.05 – SEDUC	12	361	004	1002	Amp. Refor. Const. De Escolas, Bibliotecas, Lab. de Informática	3.3.90.39.23	01 04
05.00 – SEDUC 05.05 – SEDUC	12	365	004	1003	Amp. Refor. Const. De Escolas de Educ. Infantil/Creche	3.3.90.39.23	01 04
09.00 – SECULT 09.16 – FMC	23	695	008	1016	Construção, Implantação, Ampl. e Rest de Centros Volt. às Ações Cult. e Turísticas	3.3.90.39.23	00

ÓRGÃO/ U.O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES
06.00 – SESAU; 06.06 – Fundo Municipal de Saúde.	10	301	005	2020	Gestão das Ações de Atenção Básica	3.3.90.39.23	02
06.00 – SESAU; 06.06 – Fundo Municipal de Saúde.	10	302	005	2019	Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.3.90.39.23	02

12.6. A PMSJ poderá deduzir de qualquer pagamento, de pleno direito, os valores correspondentes a multas, indenizações ou outros ônus impostos por autoridades competentes, decorrentes de atraso na execução dos serviços ou pela inexecução das obrigações assumidas.

12.7. Nenhum pagamento realizado pela PMMSJ isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços, total ou parcialmente.

XIII - PRAZO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução dos serviços objeto desta licitação deverá ser concluída conforme os prazos máximos determinados nas Ordens de Serviços, a contar do recebimento destas.

13.1.1.. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no §1º do art. 57, observando-se o disposto no seu § 2 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2. Os serviços objeto da presente licitação deverão ser prestados, no município de Mata de São João-BA.

13.4. A fiscalização e o acompanhamento do Contrato ficarão a cargo do (a) a Assessor Técnico da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Coordenador de Manutenção de Prédios Públicos e/ou Coordenador de Engenharia e Obras e/ou Coordenador de Serviços Públicos Sede e/ou Coordenador de Serviços Públicos Litoral e/ou Assessor Técnico. e o **Gerenciamento** será feito pelo (a) Coordenador de Planejamento e Projetos

13.4. Os serviços, de que trata o presente Edital, serão recebidas:

13.4.1. provisoriamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, em 2 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.4.2. definitivamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, após a certificação de que as obras foram executadas de acordo com o solicitado, em perfeita adequação com os termos contratuais, quando será lavrado Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, em 2 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "b" do inciso I do art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a **CONTRATADA** da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

13.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.6.1. Constatando-se irregularidade ou verificando-se estar deficiente a execução das obras, a **CONTRATADA** será intimada para regularizar ou concluir as obras, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93.

XIV - RECURSOS

14.1. Dos atos relativos a esta licitação cabem os Recursos previstos no **CAPÍTULO V** da Lei 8.666/93, tendo efeito suspensivo os relativos aos atos de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas.

14.2. O acolhimento do Recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3. Não serão conhecidos os Recursos ou Pedidos de Esclarecimentos, vencidos os respectivos prazos legais.

14.4. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações deverão ser protocolados através do email esclarececompel@gmail.com

XV - SANÇÕES/ INADIMPLEMTO

15.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1. no caso de recusa injustificada do adjudicatário em realizar o objeto da licitação, dentro do prazo estipulado, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando ao pagamento de multa compensatória, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total do pedido.

15.1.2. multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, a contar da data fixada para o início ou conclusão dos serviços, calculada sobre o valor total do pedido.

15.2. As multas aplicadas serão deduzidas do valor total do Contrato ou da parcela de pagamento relativa ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso.

15.3. Poderá a PMSJ reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

15.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

15.5. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao

contraditório e à ampla defesa.

15.6. Independentemente das multas anteriormente previstas, a PMSJ poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Art. 87, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

15.8. As importâncias devidas pela **CONTRATADA** serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

XVI – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas à Pregoeira e protocolizadas nos dias úteis, no horário de funcionamento normal da repartição, no **Setor de Protocolo**, localizado na sede da Prefeitura do Município – Setor de Atendimento, localizado na Rua Luiz Antônio Garcez, s/nº., Centro, Mata de São João/Bahia, observado o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações posteriores.

16.2. Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, as impugnações deste Edital via fax, por meio eletrônico, via postal ou similar.

16.3. Não será conhecida a impugnação do presente Edital, vencidos os respectivos prazos legais.

XVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram este Edital, para todos os efeitos de direito, os anexos relacionados no item

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a PMMSJ, na forma da Lei, o licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a manifestar o seu inconformismo, após a abertura dos envelopes, hipótese em que tal manifestação não terá efeito de Recurso.

17.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

- I. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP
- II. TERMO DE REFERÊNCIA;
- III. MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES;
- IV. MINUTA DO CONTRATO.

17.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

17.4.1. A não apresentação de impugnação até a data estabelecida no item 16.4 implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, sob nenhuma hipótese, direito a qualquer reivindicação posterior com base nas dúvidas suscitadas.

17.4.2. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação.

17.4.3. Havendo qualquer dúvida da Comissão na análise da Qualificação Técnica, poderá a mesma solicitar um parecer técnico de profissional qualificado.

17.4.4. Após adjudicação, os Envelopes não reclamados ficarão à disposição das empresas licitantes por um período de até 30 (trinta) dias e após este prazo serão destruídos.

17.5. O Licitante interessado deverá comparecer na Prefeitura de Mata de São João com um **CD para gravar a Planilha Orçamentária referente à TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020**

XVIII - MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - Designadas pela Portaria nº 63/2019 de 04 de outubro de 2019.

19.1 Titulares: Marceli Patrícia Pereira Rocha – Presidente da Comissão
Lourenço Batista dos Santos
Vivian Germano Moura

19.1.1. Suplentes: Karynne França Dórea
Célia Bahia dos Santos
Rita Verônica Teixeira dos Santos

20 – FORO

O foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas que possam vir a decorrer do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Mata de São João, 17 de janeiro de 2020

MARCELI PATRICIA PEREIRA ROCHA

Presidente da COMPEL

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020

À

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Mata de São João
Mata de São João / BA

Sra. Presidente,

A(Razão Social da empresa)....., CNPJ N.º....., localizada à.....
DECLARA, para fins de participação na licitação **TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020**, promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, e sob as penas da lei, de que:

() está enquadrada como **MICROEMPRESA – ME**, conforme artigo 26, da Lei Municipal de MSJ n.º. 456 de 01/12/2010. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º. 123/2006.

() está enquadrada como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, conforme artigo 26, da Lei Municipal de MSJ n.º. 456 de 01/12/2010. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º. 123/2006.

() está enquadrada como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**, conforme artigo 26, da Lei Municipal de MSJ n.º. 456 de 01/12/2010. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º. 123/2006.

Obs: Encartar obrigatoriamente documento comprobatório caso se enquadre como ME, EPP ou MEI, qual seja Certidão Simplificada da JUCEB

Local de data,

(Identificação e assinatura do responsável pela empresa)

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplanagem para atender as necessidades da PMMSJ - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

LOTE I - PROJETO DE ARQUITETURA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE ESTIMATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Projeto arquitetônico de prédios públicos	m ²	8.000,00	R\$ 18,26	R\$ 146.080,00
02	Projeto arquitetônico de praças públicas	m ²	8.000,00	R\$ 5,90	R\$ 47.200,00
03	Levantamento físico cadastral de edificações	m ²	4.000,00	R\$ 2,80	R\$ 11.200,00
04	Projetos de Urbanização	m ²	8.000,00	R\$ 4,90	R\$ 39.200,00
05	Projetos de paisagismo	m ²	600,00	R\$ 3,20	R\$ 1.920,00
06	Maquetes eletrônicas	und	73,00	R\$ 850,00	R\$ 62.050,00
07	Planilhas Orçamentárias	m ²	300,00	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
08	Estudo de calculo de seções transversais – Terraplanagem	m ²	458,00	R\$ 4,03	R\$ 1.845,74
09	Serviços de fiscalização e/ou vistoria técnica com veículo próprio	homem/h	453,00	R\$ 82,00	R\$ 37.146,00
VALOR TOTAL DO LOTE I (em algarismo e por extenso)					R\$ 348.141,74
LOTE II - PROJETOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Levantamento planialtimétrico e cadastral até 1.000 m ² - área urbanizada	m ²	30.000,00	R\$ 1,85	R\$ 55.500,00
02	Levantamento planialtimétrico e cadastral a partir de 1.001 m ² - área não urbanizada	m ²	2.500,00	R\$ 0,78	R\$ 1.950,00
03	Levantamento planialtimétrico e cadastral a partir de 1.001 m ² - área urbanizada	m ²	2.500,00	R\$ 1,10	R\$ 2.750,00
04	Levantamento planimétrico e cadastral até 1.000 m ² - área não urbanizada	m ²	2.000,00	R\$ 0,98	R\$ 1.960,00
05	Levantamento planimétrico e cadastral até 1.000 m ² - área urbanizada	m ²	2.000,00	R\$ 1,74	R\$ 3.480,00

06	Levantamento planimétrico e cadastral a partir de 1.001 m ² - área não urbanizada	m ²	2.500,00	R\$ 0,56	R\$ 1.400,00
07	Levantamento planimétrico e cadastral a partir de 1.001 m ² - área urbanizada	m ²	10.000,00	R\$ 1,85	R\$ 18.500,00
08	Levantamento expedito de áreas	m ²	15.000,00	R\$ 0,50	R\$ 7.500,00
09	Levantamento Aerofotogramétrico com RPA (Aeronaves Remotamente Pilotadas)	m ²	500.000,00	R\$ 0,50	R\$ 250.000,00
10	Acompanhamento e Locação georreferenciados de vértices de áreas	m ²	20.000,00	R\$ 4,20	R\$ 84.000,00
11	Cadastro de rede de esgotamento sanitário, abastecimento e drenagem	m	15.000,00	R\$ 4,21	R\$ 63.150,00
12	Implantação de Marcos Geodésicos com Receptores GNSS de Dupla Frequência.	und	53,00	R\$ 422,00	R\$ 22.366,00
VALOR TOTAL DO LOTE II (em algarismo e por extenso)					R\$ 512.556,00
LOTE III - PROJETO ESTRUTURAL E SONDAGEM					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Sondagem (PERCUSSAO OU TRADO) por metro linear perfurado em solo	m	500,00	R\$ 95,00	R\$ 47.500,00
02	Mobilização e desmobilização de equipamento de sondagem à (PERCUSSÃO ou TRADO), incluso assintência técnica e mecânica e emissão de Laudo Técnico.	Und	20,00	R\$ 2.500,00	R\$ 50.000,00
03	PROJETO Estrutural em concreto armado, ESTRUTURA METÁLICA OU ESTRUTURA DE MADEIRA	m ²	22.000,00	R\$ 15,00	R\$ 330.000,00
04	Consultoria Técnica com emissão de Parecer Técnico	und	13,00	R\$ 3.000,00	R\$ 39.000,00
05	Visita técnica para execução de avaliação estrutural, com EMISSÃO DE RELATÓRIO Técnico	und	13,00	R\$ 2.500,00	R\$ 32.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE III (em algarismo e por extenso)					R\$ 499.000,00
LOTE IV - PROJETOS COMPLEMENTARES (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDROSSANITÁRIAS, COMBATE E INCÊNDIO, TELEFONIA, LÓGICA)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

01	Elétrico, luminotécnico	m ²	10.000,00	R\$ 7,00	R\$ 70.000,00
02	Cabeamento estruturado (INTERNET, TELEFONE E TV)	m ²	10.000,00	R\$ 4,10	R\$ 41.000,00
03	PROJETO de Climatização	m ²	10.000,00	R\$ 5,02	R\$ 50.200,00
04	PROJETO DE GLP OU GN (POR MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA) até 10 pontos	UND	5.000,00	R\$ 15,00	R\$ 75.000,00
05	PROJETO DE GASES MEDICINAIS com área até 500m ²	m ²	5.000,00	R\$ 12,50	R\$ 62.500,00
06	Esgoto, hidráulico, tratamento de esgoto e drenagem	m ²	10.000,00	R\$ 7,00	R\$ 70.000,00
07	Prevenção e combate a incêndio, detecção e alarme SPDA	m ²	10.000,00	R\$ 5,50	R\$ 55.000,00
08	Consultoria Técnica PARA AVALIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS com emissão de Parecer Técnico	UND	13,00	R\$ 3.500,00	R\$ 45.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE IV (em algarismo e por extenso)					R\$ 469.200,00
LOTE V - PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRA ESTRUTURA URBANA - (DRENAGEM PLUVIAL. ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SISTEMA VIÁRIO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Macro e micro drenagem	m	20.000,00	R\$ 5,00	R\$ 100.000,00
02	Sistema Viário	m	40.000,00	R\$ 3,50	R\$ 140.000,00
03	Projeto geométrico de Pavimentação	m	40.000,00	R\$ 3,00	R\$ 120.000,00
04	Abastecimento de Água	m	7.000,00	R\$ 4,50	R\$ 31.500,00
05	Esgotamento Sanitário	m	20.000,00	R\$ 4,80	R\$ 96.000,00
06	Serviços de fiscalização de obras de Saneamento básico, drenagem e pavimentação com veículo próprio	homem/h	300,00	R\$ 100,00	R\$ 30.000,00
07	Terraplenagem	m ²	25.000,00	R\$ 3,00	R\$ 75.000,00
08	Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal de vias	m ²	40.000,00	R\$ 3,20	R\$ 128.000,00
09	Planilhas Orçamentarias	m ²	4.000,00	R\$ 5,65	R\$ 22.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE V (em algarismo e por extenso)					R\$ 743.100,00

As licitantes deverão apresentar planilha de composição de custos em conformidade com o modelo denotado abaixo, referente aos serviços, sob pena de Desclassificação:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	PERCENTUAL	VALOR TOTAL
MÃO DE OBRA		
TRIBUTOS		
INSUMOS		
FRETE		
LUCRO		
OUTROS*		
VALOR TOTAL	100%	

* Discriminar os custos de outros.

Observação₄: A planilha de preço deverá ser feita, baseando-se neste Termo de Referência.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Endereço Completo/Telefone/fax/ e-mail:

Razão Social

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplenagem para atender as necessidades da **PMMSJ** - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

CARACTERÍSTICAS GERAIS (PARA TODOS OS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS)

RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS:

OBS: Todos os projetos deverão ser disponibilizados em e-mail magnético em formato passivo de compatibilização em modelo BIM (Building Information Model) em formato IFC.

Os projetos deverão ser acompanhados de MEMORIAL DESCRITIVO: O Memorial Descritivo deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Índice.
- Resumo do Projeto.
- Dados Gerais do projeto.
- Memorial de Cálculo.
- Quantitativo.
- Especificações Técnicas.

Os projetos e/ou serviços técnicos somente serão considerados como finalizados em cada etapa após a aprovação da Fiscalização.

- A entrega final do projeto e/ou relatório dos serviços técnicos deverá ser entregue em 02 (duas) vias impressas e devidamente assinadas pelo responsável técnico por sua elaboração, acompanhados da sua ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, devidamente encadernadas, juntamente com os arquivos magnéticos em CD (*compact disk*, e também na extensão IFC) correspondentes devidamente assinadas pelo responsável, dos quais serão feitas todas as revisões necessárias.

A - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

LOTE I – PROJETO DE ARQUITETURA

1.1. ARQUITETURA E URBANISMO

1.1.1. Os projetos arquitetônicos compreenderão as seguintes fases de elaboração:

- Estudo Preliminar;
- Anteprojeto e/ou Projeto de Aprovação;
- Projeto Básico (planta de localização, situação, baixa, layout, cortes e fachadas);
- Compatibilização do projeto arquitetônico com os projetos complementares;
- Projeto Executivo;
- Estudo de cálculo de seções transversais – Terraplanagem

1.1.2. Todas as definições do projeto deverão atender às condições estabelecidas pelas normas e portarias vigentes.

1.1.3. O Projeto Executivo deverá ser desenvolvido contendo, de forma clara e precisa, os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para efeito de orçamento, licitação e posterior execução das obras.

1.1.4. O Projeto Executivo de Arquitetura será a base para a compatibilização dos diversos Projetos Executivos Complementares. Qualquer alteração introduzida no Estudo Preliminar deverá ser justificada e

tomada em comum acordo com os seus autores.

1.1.5. No Projeto Executivo de Arquitetura / Urbanismo deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Orientação da planta de situação e localização, com a indicação do norte magnético / norte verdadeiro e coordenada geográficas, das vias limítrofes com a denominação oficial e das diretrizes para implantação;
- Perfeita locação e implantação da edificação, totalmente compatibilizada com as vias e edificações lindeiras;
- Cotas de nível do terrapleno das edificações e dos pontos significativos das áreas externas (calçadas, acessos, patamares, rampas e outros);
- Localização dos elementos externos construídos como estacionamentos, construções auxiliares e outros;
- Plantas de todos os pavimentos quando forem o caso, com identificação dos ambientes, suas medidas internas, espessuras de paredes, material (is) e tipo(s) de acabamento, indicações de cortes, elevações, ampliações e detalhes.
- Dimensões e cotas relativas de todas as aberturas, vãos de portas e janelas, altura dos peitoris e sentido de abertura.
- Plantas de cobertura indicando o material, inclinação, sentido de escoamento das águas, posição das calhas, condutores e beirais e demais informações necessárias.
- Todas as elevações, indicando aberturas e materiais de acabamento.
- Quadro de áreas internas e externas e área construída do projeto.
- Indicação de elementos existentes, a demolir e a executar, em caso de reforma e/ou ampliação.
- Corte da edificação, onde fique demonstrado o pé direito dos compartimentos, altura das paredes, altura das platibandas, cotas de nível de escadas e patamares, cotas de pisos acabados, forros e coberturas, sempre com indicação clara dos respectivos materiais de execução e acabamento.
- Corte/sessão do terreno com a edificação, onde fiquem demonstrados os desníveis oriundos das cotas de nível.
- Detalhes ampliados das áreas molhadas com o posicionamento dos diversos aparelhos.
- Mapa geral das esquadrias, contendo o material componente, o tipo de vidro, ferragens, o acabamento e o movimento das peças sejam verticais ou horizontais.
- Especificações contendo materiais, equipamentos, elementos, componentes e sistemas construtivos.
- Todos os detalhes que se fizerem necessários para à perfeita compreensão da obra a executar como escadas, rampas e seus corrimãos, guarda-corpos, bancadas, balcões, divisórias, elementos metálicos diversos, equipamentos e arremates necessários.
- Legenda com a simbologia utilizada para identificação dos materiais e detalhes, dimensões dos compartimentos, etc.
- Seções transversais quando for pertinente e/ou solicitadas pela Fiscalização.

1.1.6. O Projeto de Urbanização deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Plano geral da área, com indicação de todos os equipamentos.
- Ampliação dos setores com todas as especificações e indicação dos materiais de pisos, mobiliário urbano e jardins.

1.1.7. Memorial descritivo, caderno de especificações (contendo, também a descrição dos itens,

quantitativos e unidades de medida) completos de todos os materiais e/ou serviços que compõem o projeto.

1.1.8. Os projetos somente serão considerados como finalizados em cada etapa após a aprovação da Fiscalização.

1.1.9. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias, devidamente encadernados e assinados, juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes e deverá ser feita após todas as revisões.

1.2. MAQUETE ELETRÔNICA

1.2.1. Deverá ser usado programa de computador pertinente no uso de criação de modelagem 3D e renderização para uma visualização a mais próxima do real do projeto.

1.2.2. Os desenhos da maquete eletrônica deverão ser entregues em CD e cópias em papel A3.

1.2.3. A maquete eletrônica renderizada deverá possuir no mínimo 6 (seis) perspectivas.

1.2.4. Animação de 01 (hum) minuto em programa (software) que possa ser reproduzido em apresentações promovidas pela Administração Municipal.

1.3. PAISAGISMO E ELEMENTOS DE URBANISMO

1.3.1. Condições gerais:

- Deverão ser previstos todos os elementos externos necessários ao perfeito funcionamento do conjunto arquitetônico.

- O projeto executivo de paisagismo deverá integrar-se com o de arquitetura e com o de urbanização, compatibilizando objetivos, funções e formas de utilização das edificações, a fim de assegurar contribuição efetiva para sua implantação.

- O Projeto de arborização deverá adotar preferencialmente espécies perenes que não exijam cuidados excessivos na escolha e locação da vegetação, respeitar sempre o porte médio das espécies adultas, estabelecendo o espaçamento adequado evitando as podas deformantes.

- Deverão ser ainda definidos no Projeto Executivo: os maciços de vegetação e os demais elementos constantes do projeto de acordo com os requisitos ambientais, contribuindo para o conforto dos usuários relativamente ao controle de luz, sombreamento, barreira de vento, umidificação do ar, barreira de som e outros.

1.3.2. O Projeto Executivo de paisagismo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

- Definição de todo o espaço externo e seu tratamento: caminhos, canteiros e muretas, sempre com suas respectivas dimensões e elementos para locação.

- Localização das áreas gramadas, canteiros de ervas, arbustos e vegetação de porte.

- Localização de floreiras.

- Previsão de redes e pontos de consumo necessários ao desenvolvimento de projetos de hidráulica, de irrigação, drenagem, de eletricidade, de pavimentação e outros, definindo o caminhamento das redes de forma a evitar interferência com os canteiros previstos.

- Representação, por código, de toda vegetação representada em planta, identificando-a na mesma forma do desenho e apresentando seu nome científico e popular.

- Espaçamento de mudas.

- Locação e cotas relativas aos canteiros de ervas nas plantas setoriais ou parciais.

- Quando se referir às áreas mais próximas da edificação, usar de preferência os mesmos eixos do projeto de arquitetura.

- Locação e detalhamento de elementos específicos tais como: muros, rampas, cercas, divisórias de canteiros, bancos, escadas, etc.

1.3.3. No desenvolvimento do projeto deverão ser obedecidas as recomendações das normas vigentes e pertinentes, em suas versões mais atualizadas, em especial as abaixo listadas:

- Posturas Municipais, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor.
- Normas, leis, decretos ou recomendações referentes à proteção do meio ambiente e de preservação do patrimônio natural adotadas pela PMMSJ.

1.4. LEVANTAMENTO FÍSICO-CADASTRAL

1.4.1. Compreende as medições a trena ou outro instrumento de precisão de **edificações existentes**, visando subsidiar projetos arquitetônicos de reforma e/ou ampliação, bem como quantificação e orçamento.

1.4.2. Servirão também para o cadastramento e elaboração de plantas em meio digital de edificações existentes de propriedade da PMMSJ que não possuem cadastro ou plantas em meio digital.

1.4.3. Deve contemplar planta baixa, cortes, fachadas e áreas externas, e outros elementos indicativos para o futuro projeto.

1.4.4. Serão desenhados em AutoCAD e, depois de revisados, entregues em 2 (duas) vias em papel sulfite acompanhadas do respectivo arquivo digital.

1.4.5. Conjunto de todas as informações relativas ao terreno, tais como: localização (Regional, bairro, rua com denominação oficial), dimensões, topografia, vizinhança, serviços públicos, acessos, absorção e sondagens.

1.5. FISCALIZAÇÃO DE OBRA/VISITA TÉCNICA

1.5.1. Compreenderá os serviços de controle e acompanhamento técnico de obras.

1.5.2. Uma vez realizados todos os ajustes, complementações e detalhamentos necessários para o completo entendimento do projeto, e estando as obras em andamento, deverão ser executados todos os serviços de controle e acompanhamento técnico e adotadas as providências necessárias ao seu perfeito andamento e à obtenção de um cadastro completo e fiel do Empreendimento implantado.

1.5.3. A metodologia de execução exposta a seguir envolve a forma e os métodos para o desenvolvimento dessas atividades. São descritos os produtos a serem fornecidos e apresentados, os equipamentos e recursos técnicos propostos para se utilizar no desenvolvimento dos trabalhos.

1.5.4. Implantação da Empreiteira Contratada na Obra:

- Planejamento e organização dos Canteiros da Obra em conjunto com as contratadas;
- Definição das Normas e Procedimentos Operacionais que disciplinarão os trabalhos assegurando a minimização de transtornos para a população e para o trânsito de veículos e pedestres.

1.5.5. Planejamento e Controle:

- Planejamento da implantação, controle físico e financeiro da execução das obras;
- Planejamento de cada obra, em conjunto com a Empreiteira, e implantação das providências para o seu perfeito desempenho;
- Programações detalhadas, fixando prioridades de serviços e interferindo quando necessário na execução, para garantir sua qualidade e conclusão no tempo oportuno.

1.5.6. Fiscalização da Empreiteira:

- Garantindo a manutenção dos canteiros de obra permanentemente limpos;
- Assegurando a qualidade e conformidade das obras com os Contratos, Desenhos e Especificações Técnicas;
- Resolvendo na obra os problemas que ocorram, controlando as alterações;
- Cumprimento pelas Contratadas das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho no Canteiro de Obra.

1.5.7. Acompanhamento e Controle:

- Acompanhamento e Controle da execução dos serviços, aferindo o progresso das obras.

1.5.8. Elaboração de Relatórios:

- Boletins informativos semanais, com destaque nos itens críticos definindo ações preventivas e corretivas para recuperação e correção de desvios, definindo prazos para sua implantação;
- Relatórios de Produção, com verificação dos eventos e/ou quantitativos de serviços dos projetos executados, bem como a comprovação de que os serviços foram concluídos na qualidade requerida conforme os projetos e especificações.

1.5.9. Apoio Técnico às Obras:

- Análise dos Projetos com as Empreiteiras, identificando problemas construtivos, discutindo-os e solucionando-os mediante entendimentos entre a Projetista e Empreiteira;
- Orientação técnica às Empreiteiras na execução das obras e serviços;
- Suporte técnico no desenvolvimento dos serviços das contratadas com relação aos serviços;
- Disponibilização, com veículo próprio, para acompanhamento das obras de drenagem, pavimentação, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

1.5.10. Recebimento das Obras:

- Acompanhamento da execução dos testes;
- Compilação dos manuais e catálogos dos sistemas executados;
- Elaboração do Relatório dos testes tecnológicos;
- Relatório da Qualidade.

1.5.11. Mobilização:

- São desenvolvidos esforços especiais pela Empreiteira, que deve construir sua infra-estrutura de implantação e mobilizar recursos humanos, físicos e estratégicos e pela Gerência, que tem obrigações urgentes relativas ao fornecimento de desenhos atualizados em última revisão e liberados para construção.
- Paralelamente são definidos os critérios para controle da qualidade e de medição do progresso dos serviços, bem como os procedimentos de construção e montagem e as normas operacionais do canteiro de obras.
- No final do período de mobilização, devem estar já acertados os detalhes da programação contratual, em função do escopo dos serviços, das condições do canteiro, se houver disponibilidade de projetos e materiais para a execução das obras.

1.5.12. Análise da Documentação Técnica:

- Após a contratação da Empreiteira e antes do início da execução, a equipe de gerenciamento fará a análise de toda a documentação técnica disponível para o desenvolvimento dos serviços, entre as quais se destacam:
 - Desenhos, especificações e listas de materiais;
 - Contratos e anexos;
 - Proposta da Empreiteira contratada.
- Esses estudos serão organizados por setores de trabalho e acompanhados por visitas a todas as áreas de implantação das obras fornecendo à equipe de gerenciamento detalhes do projeto e das características locais onde se desenvolverão as obras.

1.5.13. Reunião com a Empreiteira:

- Paralelamente à análise da documentação técnica, a CONTRATADA fará uma reunião inicial com a Empreiteira, na qual será preparado o planejamento e a organização do canteiro de obras, cabendo à Empreiteira a elaboração da macro-programação operacional.
- A CONTRATADA considera que a Empreiteira estará oficialmente instalada na obra e devidamente mobilizada para a execução dos serviços com a realização da reunião, onde os seguintes itens serão abordados:
 - Diretrizes para a manutenção do canteiro;
 - Entrega de toda a documentação técnica: projetos, especificações, listas de materiais, etc.
- Definição dos procedimentos relativos a:
 - Elaboração das Programações Operacionais;
 - Preenchimento do Livro da Obra;
 - Elaboração das Medições dos Serviços;
 - Qualidade;
 - Sinalização;
 - Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho.

1.5.14. Acompanhamento da Execução:

- A equipe de gerenciamento de obras executará as atividades de Fiscalização técnica dos serviços executados pela Empreiteira.

1.5.15. Diretrizes Técnicas:

- O planejamento dos serviços deve atender às questões de segurança e qualidade da obra.

1.5.16. Materiais:

- Só devem ser empregados nas obras os materiais aceitos pela Fiscalização, cabendo a ela a inspeção legalmente e os métodos construtivos aprovados.

1.5.17. Acompanhamento e Controle Qualitativo das Obras:

- O programa de acompanhamento e controle qualitativo das obras tem por objetivo sintetizar os procedimentos técnicos usuais, necessários ao controle de construção.

Apoio Técnico:

- A atividade de Apoio Técnico engloba as ações:
 - Medições: a serem realizadas em conjunto com a Empreiteira, sendo encaminhadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO para serem atestadas pela fiscalização da Prefeitura. O levantamento dos quantitativos dos serviços de implantação das obras será feito de acordo com os critérios de medição estabelecidos no projeto e nas especificações;
 - Arquivo: a organização e arquivamento dos dados, relatórios e documentos das obras é indispensável para um adequado controle de construção, permitindo à equipe consultar e analisar os elementos definidores do projeto das obras como construídas, de modo a proceder a levantamentos em qualquer época e, com base em dados organizados e sistematizados, tomar decisões ou recomendar providências ao atendimento dos requisitos.

1.5.18. Garantia da Qualidade:

- A Garantia da Qualidade, como setor da organização gerencial, vem cada vez mais assumindo o seu lugar nas atividades de Gerenciamento da implantação de empreendimentos.
- O nível de qualidade definido para o empreendimento o será também para cada tarefa a ser executada, respeitando-se as normas e padrões aplicáveis para cada tipo de serviço em execução.
- A qualidade deve ser garantida através de controle previamente elaborado para esta finalidade.

- Assim sendo, procedimentos e instruções técnicas deverão estar perfeitamente definidos e disponíveis para o executante antes do início de um determinado serviço, evitando que itens importantes para a funcionalidade e segurança do equipamento ou instalação em questão sejam esquecidos, comprometendo o sucesso final do empreendimento.
- Cabe à área de garantia da qualidade da CONTRATADA a responsabilidade pela criação de instrumentos que possibilitem garantir a qualidade através de controles adequados, no grau requerido para o empreendimento.

1.5.19. Relatórios:

• Para manter a PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO perfeitamente inteirada do andamento dos trabalhos de execução das obras e das tarefas de controle, bem como para efeito de registro das operações construtivas e dos resultados obtidos, elaborar-se-ão relatórios mensais.

• Assim, mensalmente será apresentado relatório, que permitirá a verificação dos serviços de construção nas diversas obras.

•

• Esses relatórios informarão sobre o andamento dos serviços e visarão identificar eventuais fatores ou problemas que estejam afetando o progresso dos mesmos, bem como caracterizar possíveis repercussões posteriores, de modo a permitir decisões que se façam necessárias.

• A Obra deverá possuir como instrumento de controle o Diário de Obras .

1.5.20. Relatório Final:

• Por ocasião da conclusão dos serviços de supervisão das obras do empreendimento, será apresentado um Relatório Final consubstanciado, contendo os elementos, dados e conclusões de todo o trabalho e que deverá permitir a avaliação de todas as fases dos serviços.

• Conterá, também, o resultado de todos os controles efetuados, as informações, desenhos, gráficos e anexos que venham auxiliar a sua análise. Será apresentado em 03 (três) vias.

LOTE II – LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

2.1. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

2.1.1. Os serviços serão contratados para subsidiar os projetos de arquitetura e projetos de engenharia.

2.1.2. O estudo topográfico para projeto será executado numa só fase, logo após a definição preliminar dos traçados a serem estudados e poderão ser feitos por:

- Levantamento planialtimétrico e cadastral de área não urbanizada e área urbanizada;
- Levantamento planimétrico e cadastral de área não urbanizada e área urbanizada;
- Levantamento planialtimétrico de seções transversais topográfico por processo eletrônico com uso de Estação Total;
- Levantamento Aerofotogramétrico com RPA (Aeronaves Remotamente Pilotadas);
- Acompanhamento e Locação georreferenciados de vértices de áreas;

2.1.3. Os serviços topográficos deverão abranger levantamento, nivelamento e seccionamento ao longo das vias projetadas ou em áreas indicadas;

2.1.4. Serão realizados para subsidiar projetos de obras viárias, de saneamento básico, ou outros estudos indicados pela CONTRATANTE.

2.1.5. Os eixos das linhas de estudo serão estaqueados e piquetados a cada 10 m (dez metros) nos dois

sentidos.

2.1.6. As curvas de nível serão representadas a cada 1m (um metro).

2.1.7. Todas as cotas altimétricas dos projetos terão como Referencial de Nível (RN) os marcos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

2.1.8. Em casos específicos definidos pela CONTRATANTE estarão indicadas na caderneta de campo e nas plantas as cotas de cheia máxima dos recursos hídricos existentes.

2.1.9. Todos os elementos geográficos do terreno serão representados, tais como: curso d' água, edificações, árvores, cacimbas, poços, linhas de transmissão, rede de água, esgoto, rede de telefonia, cercas ou outros elementos de interesse do projetista.

2.1.10. Deverá ser apresentada a Planta de localização da área levantada, contendo os acessos (ruas e avenidas com denominações oficiais ou caminhos a serem abertos), norte verdadeiro e norte magnético.

2.1.11. Serão representados o Norte e o nome correto de todas as ruas, inclusive as transversais. O estaqueamento será no sentido Sul-Norte e Oeste-Leste. O desenho acompanhará o estaqueamento, da esquerda para direita e de baixo para cima.

2.1.12. O levantamento topográfico deverá conter, obrigatoriamente, os pontos notáveis ao longo dos trechos necessários para a elaboração dos projetos executivos, tais como soleiras de portões, de casas, postes, depressões e elevações, estruturas ou dispositivos de drenagem existentes, vegetação de porte e leitos de riachos, cercas, muros, meio-fio, pavimento existente, nome do proprietário e número dos imóveis a serem atingidos, etc.

2.1.13. Durante a realização dos trabalhos de campo, a CONTRATADA providenciará para que a equipe de topografia utilize os equipamentos de proteção individual – EPI's pertinentes, tais como: coletes refletivos e cones.

2.1.14. Para qualquer processo utilizado na execução do levantamento topográfico, a CONTRATADA deverá apresentar os Arquivos em meio magnético da caderneta de campo, do memorial descritivo, da planta baixa, dos perfis longitudinais e das seções longitudinais.

2.1.15. Deverá apresentar em papel sulfite uma via, inicialmente para análise, e após as revisões, dois jogos encadernados e dos seguintes elementos: Planta de situação na cidade, identificando o bairro e a Regional, planta baixa, perfis longitudinais e seções transversais em escala a ser determinada, além do memorial descritivo.

2.1.16. Para qualquer processo utilizado para execução do levantamento topográfico, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

- Arquivo magnético dos levantamentos executados, como: caderneta de campo, levantamento plani-altimétrico, quadro de cubação, etc.
- Planta na escala 1:200, ou em outra escala indicada pelas condições particulares do Edital, com curvas de nível compatíveis com a escala da planta, indicando todos os acidentes e ocorrências levantados além dos elementos implantados para projetos de edificações.
- A fiscalização fornecerá a localização dos terrenos a serem levantados.

2.1.17. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

LOTES III – EXECUÇÃO DE SONDAGEM

3.1. Estudos Geotécnicos (Sondagem do terreno)

3.1.1. A PMMSJ determinará a quantidade de furos e suas respectivas localidades.

3.1.2. O executor deverá apresentar todos os gráficos relativos a cada furo.

3.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas e providências necessárias a execução das sondagens, incluindo mobilização e desmobilização, alimentação, equipamentos etc., cabendo a PMMSJ exclusivamente fornecer a localização dos furos.

3.1.4. Para efeito de pagamento considerar uma profundidade média de 9 metros.

3.1.5. No desenvolvimento dos projetos deverão ser obedecidos os procedimentos que dispõem as normas da ABNT em suas versões atualizadas.

3.1.6. O estudo geotécnico deverá apresentar, de forma clara e precisa, o memorial descritivo (concepção adotada, metodologia, parâmetros, ensaios, especificações técnicas e quantitativos), além de peças gráficas com planta de situação, planta baixa e perfil do terreno com as indicações necessárias, possibilitando uma posterior aferição.

3.1.7. Deverão ser feitos furos a percussão para o projeto do cálculo estrutural e de pavimentação, obedecendo às normas brasileiras, podendo abranger outros elementos de interesse do projetista. (Sondagem a Percussão seria para prédios? e a Trado para pavimentações de vias? (Ver com Cláudia).

3.1.8. A contratada deverá apresentar os Relatórios contendo os perfis e gráficos geológicos do terreno relativos aos furos e indicar em planta sua localização.

3.1.9. Conterá ainda informações sobre o nível do lençol freático. Os resultados subsidiarão os projetos estruturais e de pavimentação.

3.1.10. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

LOTES IV – PROJETO ESTRUTURAL

4.1. CÁLCULO ESTRUTURAL

4.1.1. Deverá ser elaborado projeto de fundações e estrutura, em concreto armado e/ou estrutura metálica com todos os elementos estruturais necessários à estabilidade e segurança da edificação e à proteção física das instalações, além de peças eventualmente exigidas no desenvolvimento dos demais projetos complementares.

4.1.2. A metragem de referência para o projeto estrutural deverá ser igual ao somatório das áreas de projeção das fundações com o das áreas de cada pavimento estruturado. A área de projeção das fundações deverá ser igual à área do pavimento estruturado que esteja diretamente sobre o terreno.

4.1.3. O projeto de fundações será objeto de apreciação devendo considerar as características do terreno avaliadas a partir dos estudos e prospecções geotécnicas, bem como as particularidades do local, contemplando, além dos aspectos de segurança, custo e viabilidade de execução e a possibilidade de ocorrências indesejáveis nas edificações existentes.

4.1.4. O projeto, elaborado por profissional legalmente habilitado, compreenderá cálculos, desenhos, programa de execução, inclusive para lançamento de concreto e retirada de formas e escoramentos e memória de cálculo devidamente encadernada e rubricada pelo (s) autor (es) do projeto.

4.1.5. Deverá conter Memorial descritivo, caderno de especificações (contendo, também a descrição dos itens, quantitativos e unidades de medida) completos de todos os materiais e/ou serviços que compõem o projeto.

4.1.6. O processo de cálculo deverá contemplar, observadas as limitações impostas pelas normas brasileiras, o aproveitamento dos materiais e a redução de perdas, objetivando a otimização dos custos de execução.

4.1.7. As peças de maior esbeltez deverão, se necessário, ter indicação de contra-flechas com detalhes específicos.

4.1.8. Deverão ser adotadas as sobrecargas previstas nas normas brasileiras.

4.1.9. A memória de cálculo deverá indicar todos os dados utilizados, hipóteses aplicadas e os critérios de dimensionamento.

4.1.10. O detalhamento do projeto estrutural deverá levar em conta as condições ambientais existentes no local.

4.1.11. Os projetos deverão apresentar no mínimo:

- Plantas dos pavimentos e escadas (escala 1:50, ou outra apropriada);
- Cortes e detalhes, onde se fizerem necessários ao completo entendimento da estrutura;

- Indicação dos carregamentos permanentes e acidentais considerados;
- Indicação da resistência característica do concreto;
- Indicação do esquema executivo obrigatório, quando assim exigir o esquema estrutural;
- Indicação das contra-flechas;
- Indicação das juntas de dilatação;
- Detalhamento de todas as armaduras da estrutura;
- Especificação do tipo de aço;
- Tabela e resumo de armação por folha de desenho;
- Memorial Descritivo das etapas executivas caracterizando as tipologias de resistências.

4.2. NORMAS

4.2.1. No desenvolvimento dos projetos deverão ser obedecidas as recomendações das normas brasileiras em suas versões mais atualizadas, em especial as abaixo listadas:

- NBR 6118 Cálculo e execução de obras em concreto armado;
- NBR 6122 Projeto e execução de fundações;
- NBR 6120 Cargas para cálculo de estrutura de edificações;
- NBR 14 Projeto e execução de estruturas de aço.

4.2.2. Os serviços de Consultoria Técnica com emissão de Parecer Técnico deverão ser elaborados em conformidade com solicitação emanada da Fiscalização, o qual deverá apresentar em seu(s) relatório(s), a descrição das patologias estruturais encontradas, bem como as possíveis soluções para sanar tais patologias.

4.2.3. Os serviços de Vistoria técnica com emissão de relatório de visita deverão ser elaborados em conformidade com solicitação emanada da Fiscalização, a qual será realizada a fim de verificar e acompanhar a compatibilidade da execução da estrutura em concordância com o projetado.

LOTE V – PROJETOS COMPLEMENTARES (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDROSSANITÁRIAS, CLIMATIZAÇÃO, GASES, COMBATE A INCÊNDIO, TELEFONIA E LÓGICA)

5.0. PROJETOS COMPLEMENTARES:

5.1.1 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GRUPO MOTO GERADOR (ENERGIA AUXILIAR E DE EMERGÊNCIA) Projeto Elétrico, com pesquisa de carga, locação de pontos, circuitos e tubulações, diagramas unifilares, entradas de serviço, sistema artificial de geração de energia, subestação transformadora e cabines de medição.

5.1.2 PROJETO DE AUTOMAÇÃO, LUMINOTÉCNICA DE ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS.

5.1.3 Projeto de Luminotécnica, Controle da Iluminação Externa integrada ao Sistema de Iluminação Artificial, postes e Redes de Distribuição, especificação de luminárias, interferências com elementos estruturais e outros, salas técnicas, iluminação pública, painéis artísticos, elementos de obras de arte e outros.

5.1.4 TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO O projeto deverá contemplar o controle de luminosidade mediante à utilização de sensores de luminosidade para que seja possível a definição da quantidade de luz ideal para cada ambiente, além de apresentar estudos para implementação de controle da iluminação elétrica que poderá ser por intermédio da utilização de dimers especiais, capazes de dimerizar inclusive lâmpadas fluorescentes. Deverão ser previstos ambientes com condições ideais de iluminação e com economia de energia.

5.1.5 Os projetos deverão prever um sistema de acionamento de circuitos elétricos diferenciado por horários.

5.1.6 Caberá à CONTRATADA obter junto às concessionária local todas as informações, desenhos cadastrais, projetos referências elétricas, normas e padrões para subsidiar o desenvolvimento dos projetos.

5.1.7. Os projetos deverão seguir a NBR5410, cálculos de demanda deverão atender as normas da

Concessionária Local.

5.1.8 Deverão fazer parte do projeto diagramas e quadro de cargas.

5.1.9 O Memorial Descritivo deverá conter os seguintes elementos:

- Índice.
- Resumo do Projeto.
- Memorial de Cálculo.
- Quantitativos
- Especificações Técnicas.

5.2.1. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

5.2.1.1 Caberá à CONTRATADA obter junto às concessionárias locais todas as informações, desenhos cadastrais, projetos referentes à alimentação e captação de redes públicas da região para subsidiar o desenvolvimento dos projetos.

5.1.7 O abastecimento de água potável será efetuado sempre que possível pela rede pública. O projeto deverá indicar a localização dos reservatórios subterrâneos e superiores.

5.1.8 No cálculo da capacidade dos reservatórios, considerar a reserva técnica para combate a incêndios e o abastecimento para dois dias de consumo.

5.1.9 O projeto deverá permitir a utilização individual de cada reservatório, possibilitando, ainda, a utilização de qualquer uma das bombas e a limpeza isolada de cada reservatório.

5.1.10 Os barriletes ficarão sob o reservatório superior e as colunas seguirão, sempre que possível, por “shafts” ou sobre as lajes.

5.1.11 Todas as tubulações dos ramais e sub-ramais de água potável serão embutidas na alvenaria, procurando, sempre que possível, evitar a passagem de tubulações sob o piso e nos elementos estruturais.

5.1.12 O projeto de instalação de água potável deverá prever alimentação independente e com registro para cada um dos ambientes com consumo de água: banheiro, bebedouro, conjunto de torneiras de jardim do prédio.

5.1.13 Em todas as pias e lavatórios deverão ser instalados sifões com visita.

5.1.14 Inexistindo coletor público de esgoto deverá ser projetado sistema para destino final de esgoto que poderá ser do tipo fossa / sumidouro ou vala de infiltração ou Estação de Tratamento de Esgotos, etc. A escolha do sistema se dará em função da contribuição, do coeficiente de absorção do terreno, disponibilidade de espaço no terreno e orientação da Fiscalização.

5.1.15 Deverão ser executadas as sondagens e/ou testes de absorção do terreno para determinar se o coeficiente de absorção e nível do lençol d'água para adoção de sistema de fossa / sumidouro ou vala de infiltração.

5.1.16 As instalações de água quente deverão incluir a localização dos aparelhos de aquecimento e armazenagem d'água indicando ainda tipos, potências e capacidade.

5.1.17 Os projetos deverão apresentar no mínimo:

- Planta de situação ao nível da rua em escala mínima 1:200 indicando as canalizações externas, redes das concessionárias, abastecimento d'água, castelos d'água, caixas de inspeção, redes de esgotos, conjuntos de fossa e sumidouro ou estação de tratamento e destino final de esgoto;
- Planta de cada nível da edificação contendo a indicação das canalizações, horizontais e verticais, material e diâmetro localização precisa dos aparelhos e pontos de utilização, reservatórios e barrilete;
- Desenhos isométricos em escala 1:20 ou 1:25 da instalação hidráulica, de cada ambiente com consumo d'água, com indicação dos diâmetros das canalizações, cotas, pontos de utilização conexões registros e válvulas;
- Desenho isométrico das bombas de recalque indicando, sucção, recalque, registros válvulas e conexões;
- Plantas de detalhes sanitários dos ambientes com consumo d'água em escala 1:20 com a

localização das peças de instalação e indicação das tubulações secundárias, primária, ventilações, ralos e caixas sifonadas;

- Desenho de esquema vertical hidráulico indicando os níveis da edificação, canalizações de alimentação, barrilete, colunas de água, registros e ramais;
- Desenho de esquema vertical sanitário indicando os níveis da edificação, peças de utilização, tubulações secundárias, primárias e ventilações, tubos de queda e colunas de ventilação, sub-coletores e coletores;
- Desenho em planta e cortes detalhando fossas, sumidouros, caixas de inspeção, de gordura, de passagem e elevatórias de esgoto;
- Detalhes de fixação e passagem de tubos;
- Legenda com a simbologia utilizada para indicação dos elementos das instalações.

5.2 PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, DE CLIMATIZAÇÃO ESPECIAL (MUSEUS, ACERVOS E AMBIENTES ESPECIAIS), DE EXAUSTÃO, CONFORTO TÉRMICO, VENTILAÇÃO NATURAL E FORÇADA

5.2.1 Definição do conceito, marcação de dutos e equipamentos

5.2.2 TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

5.3.3. Deverão ser fixos (unidades condensadoras e evaporadoras) para as instalações em geral e para os ambientes especiais (auditório, anfiteatro, museu, arquivo, sala técnica, etc.) e previsão de controle de temperatura, umidade, controle de emissões atmosféricas, odores, poeiras, vibrações e isolamento térmico.

5.3.4 Deverão ser levados em conta aspectos de economia de energia e racionalização no projeto do sistema de ar condicionado.

5.3.5 O sistema de ar condicionado deverá, ser dimensionado de acordo a necessidade da obra.

5.3.6 Os projetos deverão contemplar o uso de sistema split ou VRV que deverá apresentar economia de energia elétrica; capacidade modular do sistema quando houver a necessidade de aumento da capacidade instalada; simplicidade de manutenção; sistema de autodiagnóstico; uso racional da água; e gás refrigerante que não deve ser agressivo ao meio ambiente.

5.3 SISTEMA DE GASES

5.4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Serão de nossa responsabilidade a elaboração do projeto das instalações e memorial descritivo e quantitativos dos materiais necessários à execução das redes de gases.
- Os Projetos serão elaborados conforme Normas Técnicas de dimensionamento requeridas para instalações de gases Medicinais.

5.4.2 APRESENTAÇÕES DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão apresentados da seguinte forma:

- Plantas em AutoCAD por e-mail.
- Textos em Word.
- Planilhas em Excel.

5.2 INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO:

5.2.1. O Memorial Descritivo deverá conter os seguintes elementos:

- Índice.
- Resumo do Projeto.
- Memorial de Cálculo.
- Quantitativos
- Especificações Técnicas.

5.2.6 O Projeto do sistema de proteção e combate a incêndio deverá atender as normas vigentes.

5.2.7 O Projeto de prevenção e combate a incêndio contemplará canalizações preventivas, sprinklers, baterias de gás carbônico ou FM-200, iluminação de emergência, portas corta fogo, fuga, escape, detecção e alarme e extintores portáteis e Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA.

5.2.8 O projeto conterá todos os elementos que se fizerem necessários a sua perfeita compreensão,

devendo proteger toda a edificação.

5.2.9 O projeto de canalização preventiva e de rede de sprinklers deve compreender os reservatórios, canalizações, hidrantes, localização precisa dos pontos de abastecimento, detalhes dos equipamentos, esquemas verticais etc.

5.2.10 Os demais projetos deverão indicar precisamente em plantas, esquemas e detalhes todas as partes componentes como:

- Localização e tipo de extintores;
- Localização das centrais de gás, redes e pontos de utilização;
- Localização e especificação de portas corta – fogo;
- Sinalização de escape;
- Localização, especificação e fonte da iluminação da emergência;
- Localização tipo e ligações dos sistemas de detecção e alarme.

5.2.11 O projeto do SPDA contemplará captores, seus raios de influência e sistema de aterramento.

5.2.12 Sempre que exigido deverá ser apresentado o Plano de Fuga e Manual de Escape.

5.2.13 Os projetos deverão apresentar no mínimo:

- Planta de situação ao nível da rua contendo indicação das canalizações externas, castelos d'água, reservatórios subterrâneos, casa de bomba e hidrantes de passeio;
- Planta baixa de cada nível da edificação deverá apresentar as canalizações, quer horizontal quer vertical, material e diâmetro destas canalizações, localização precisa de hidrantes, sprinklers, bombas, extintores, descidas do SPDA e aterramentos;
- Planta de cobertura com a indicação precisa do SPDA (para-raios ou outro), descidas dos cabos de aterramento e raios dos cones de proteção;
- Desenho de esquema vertical indicando reservatórios, canalizações horizontais e verticais, barriletes, bombas de pressurização, hidrante de pavimento e de recalque, válvulas e registros;
- Desenho isométrico, em escala adequada, das bombas de pressurização contendo bombas, canalizações, registros e válvulas;
- Desenho em escala adequada dos detalhes de hidrantes de pavimento e de recalque com todas as suas peças, conexões e equipamentos; e dos sprinklers;
- Desenho em escala adequada de detalhes dos captores do SPDA, das descidas e dos aterramentos;
- Legenda com a simbologia utilizada para indicação dos elementos das instalações;
- Detalhes em planta e cortes de casas de gás com indicação de botijões, válvulas e registros;
- Planta de cada nível da edificação apresentando localização e tipos de porta corta-fogo, sinalização de escape, extintores, baterias de gás, tubulações respectivas, equipamentos de detecção e alarme e aparelhos de iluminação de emergência.

5.2.14 Normas:

- NBR 13714 - Instalações hidráulicas prediais contra incêndio, sob comando, por hidrantes e mangotinhos;
- NR 10897 Proteção contra incêndio por chuveiros automáticos;
- NR 9441 Execução de sistema de detecção e alarme de incêndio;
- NR 26 Proteção contra incêndios;
- Normas gerais referentes aos materiais e equipamentos especificados.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

5.3.1. Utilização de soluções de custos de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema.

- 5.2.15 Utilização de soluções que visem à segurança contra incêndio e proteção de pessoas e instalações.
- 5.2.16 Flexibilidade da instalação, admitindo mudança de características e locação de equipamentos elétricos e eletrônicos.
- 5.2.17 Simplicidade de instalação e facilidade de montagem sem prejuízo da qualidade.
- 5.2.18 Padronização da instalação, materiais e equipamentos visando facilidades na montagem, manutenção e estoque de peças na reposição.
- 5.2.19 Valorização das fachadas das edificações e entorno.
- 5.2.20 Prever níveis de iluminação conforme NBR 5413.
- 5.2.21 Os quadros elétricos deverão possuir barra de terra isolada do neutro.
- 5.2.22 Prever instalações para computadores segundo a norma ANSI/TIA/EIA -568 A.
- 5.2.23 Prever a distribuição de energia elétrica através de cabos de cobre instalados nos locais apropriados.
- 5.2.24 Deverá ser previsto um circuito normal (F+N+T) para alimentação das cargas essenciais.
- 5.2.25 Nos diversos pavimentos deverão ser previstos 02 tipos de quadros de distribuição de energia: Quadro de iluminação normal e Quadro de força / tomadas.
- 5.2.26 Distribuição de energia elétrica, estabilizada, para computadores nas áreas de expediente.
- 5.2.27 O sistema de iluminação de vigia deverá fornecer um nível de iluminação suficiente para a circulação de pessoal de vigilância, podendo ou não ser separado do sistema de iluminação geral.
- 5.2.28 O projeto de iluminação atenderá ao nível de iluminação necessário e determinará o tipo de iluminação, número de lâmpadas por luminária, número e tipo de luminárias, detalhes de montagem, localização das luminárias, caixas de passagem, interruptores e dimmers, tipo de reatores, caminhamento dos condutores e tipo para sua instalação, observando-se que o tipo de iluminação deverá ser harmonizado e compatibilizado com os projetos arquitetônico, urbanístico e de paisagismo.
- 5.2.29 O projeto elétrico poderá incluir projeto de sinalização com chamadas em pontos diversos e central com painéis de visualização.
- 5.2.30 Tomadas:
- Projetar circuitos independentes para tomadas e iluminação nos ambientes.
 - Dispor, da forma mais uniforme possível, as tomadas de uso geral nas paredes, no rodapé ou no piso, observadas as eventuais particularidades decorrentes das condições do local e da ocupação a que se destinam.
 - Dimensionar os circuitos em função da carga e da queda de tensão e capacidade de curto-circuito.
 - A instalação deverá atender aos valores máximos dispostos na Norma NBR 5410 relativos à queda de tensão.
 - Prever sempre uma capacidade de reserva de 20% da corrente nominal do circuito.
 - Os condutores para circuitos terminais deverão ser de cobre, com isolamento de PVC para 750 V, com características anti-chama.
 - As tomadas deverão ser identificadas, de acordo com sua função (tomadas de rede estabilizada, tomadas de força, etc.).
 - Os condutores para alimentação dos quadros deverão ser de cobre com isolamento de PVC para 1000V.
- 5.2.31 Quadros de Distribuição:
- Os quadros deverão ter barra de terra isolada do neutro.

- Prever o uso de disjuntores e fusíveis como dispositivos de proteção dos circuitos nos quadros de distribuição de força.
- Em cada quadro deverão constar, marcadas de forma indelével, as seguintes informações: tensão de alimentação, corrente nominal, corrente de curto-circuito e número de fases.
- O Grau de proteção dos quadros deverá ser adequado às condições do ambiente no local de instalação.
- Prever disjuntores de reserva, deixando espaços vazios para futuras ampliações, na proporção de um vazio para cada cinco disjuntores ativos.
- Instalar os quadros de distribuição em local de fácil acesso para a operação e manutenção.

5.2.32 Aterramento:

- A eficácia do aterramento deve satisfazer as necessidades de segurança e funcionais da instalação elétrica e dos equipamentos associados.
- Projeto de aterramento deverá considerar o possível aumento da resistência dos eletrodos de aterramento devido à corrosão.
- Deve propiciar segurança ao ser humano, por meio do controle dos potenciais e da ligação à malha de aterramento de todas as partes metálicas não-energizadas.
- Deve possibilitar o escoamento para a terra das correntes resultantes do rompimento da isolação, devido a curto-circuito ou quanto às descargas atmosféricas e sobre tensões de manobras.
- Prever para a instalação de terra, em coordenação com os dispositivos de proteção, o limite das tensões de contato a valores não perigosos a segurança de seres humanos. Tomar como referência os valores constantes da NBR 5410.
- Desenvolver e estudo da resistividade dos solos em relação ao sistema de aterramento, adotando-se o método dos “quatro pontos” para obtenção dos valores.
- Para a proteção contra os contatos indiretos, além do uso de dispositivos diferencial residuais, prever que todas as estruturas metálicas do prédio sejam interligadas com ligações equipotenciais.

5.2.33 Os Projetos de Instalações Elétricas deverão apresentar no mínimo:

- Planta de situação indicando a entrada de energia elétrica, subestação, medição, quadros, tubulações e cabos de alimentação.
- Planta de cada nível da edificação indicando:
 - Localização dos aparelhos de iluminação, seus respectivos comandos, tomadas comuns, especiais e de força e outros pontos de consumo de energia elétrica mostrando potência e numeração de circuito de cada um dos elementos acima.
 - Rede de eletrodutos, eletrocalhas e caixas interligando os diversos pontos aos quadros de distribuição de luz e/ou força.
 - Trajeto dos condutores, identificando-os em relação aos circuitos.
- Desenhos de diagramas unifilares geral e de cada quadro com indicação dos alimentadores, barramentos, proteções, chaves de comandos, sinalização, equipamentos de medição e transformação, etc.
- Desenhos de esquema vertical elétrico, indicando os níveis da edificação, quadros, dutos, condutores e caixas de passagens.
- Legenda com a simbologia utilizada para indicação dos elementos da instalação elétrica.
- Desenho de quadro de cargas contando indicação do quadro numeração de circuitos, quantidade de pontos de consumo por tipo, carga e circuito cargas, condutores e proteção dos circuitos; alimentadores e proteção geral.
- Plantas, cortes e detalhamento de subestação aérea ou abrigada, com todos os seus elementos e acessórios como entrada, transformação, proteção e medição e aterramento.

- Desenho de detalhes de aterramentos indicando caixas, eletrodos, conectores e condutores.
- Desenhos e detalhes dos comandos de máquinas e motores.

5.2.34 Normas:

- Normas da COELBA;
- Normas da ABNT de baixa e média tensão;
- NBR 5410 da ABNT.

5.3 LUMINOTÉCNICA:

5.4.1. Prever o conforto visual dos usuários através do estudo do Controle do Ofuscamento e da Limitação de Iluminância.

5.4 INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS:

5.5.1. Os projetos deverão seguir as normas, recomendações e indicações da concessionária, devendo a contratada buscar sempre a melhor solução para o desenvolvimento do projeto.

5.4.6 Deverão ser observadas as particularidades decorrentes do tipo da edificação e do uso a que se destinam cada ambiente.

5.5 TUBULAÇÃO E REDE TELEFÔNICA:

5.6.1. As tomadas telefônicas devem ser distribuídas nos ambientes da forma mais uniforme possível e de acordo com o layout do mobiliário.

5.5.6 De acordo como o número de pontos telefônicos previstos, deverão ser projetados os percursos das tubulações primária, secundárias e de entrada do edifício, bem como as redes.

5.5.7 Estes projetos deverão seguir a Norma 224-3115-01/02 da Anatel -Tubulações Telefônicas em Edifícios.

5.5.8 O Projeto de tubulação deve ser harmonizado com os projetos de arquitetura, de estrutura e das outras instalações de maneira a poder integrar e harmonizar o projeto de telefonia com os demais sistemas.

5.5.9 Deverá ser utilizado sistema de cabeação estruturada para a comunicação de voz e dados.

5.5.10 Todos os materiais empregados deverão seguir o padrão Anatel.

5.5.11 Os projetos deverão apresentar no mínimo:

- Planta de situação com indicação da caixa de entrada, tubulação de entrada, caixas subterrâneas e distribuidor geral.
- Planta de cada nível da edificação com localização das caixas de saída, caixas de passagem caixas de distribuição e distribuição geral, tubulação e redes primárias e secundárias quer horizontal quer vertical.
- Desenho de esquemas verticais de telefone referentes a tubulação, entrada tubulações e redes de cabos.
- Desenhos dos detalhes de aterramento e de caixas subterrâneas, de entrada aérea, poços de elevações, CPCTs, e demais elementos necessários a compreensão do projeto.
- Legenda com a simbologia utilizada para identificar os diversos elementos do projeto.

5.6 INSTALAÇÕES PARA LÓGICA

5.7.1. O projeto de lógica deverá atentar para a padronização da instalação, tendo flexibilidade e admitindo mudança de característica e de locação dos equipamentos.

5.6.6 Caberá a contratada obter as informações, junto ao órgão proprietário da edificação, necessárias ao desenvolvimento do projeto determinando pontos de utilização, tipos de ligação, características dos equipamentos a utilizar.

5.6.7 Prever a ligação em rede de todos os pontos de utilização.

5.6.8 Determinar a localização de cada ponto (de acordo com o layout ou conforme orientação do

usuário), sistemas de dutos, calhas ou canaletas, trajetos dos cabos e tipos dos mesmos, quadros, racks e todos os elementos necessários.

5.6.9 Indicação e detalhamento dos elementos que permitam a conexão de todos os elementos do sistema projetado.

5.6.10 Utilização do sistema de cabeaço estruturada, conforme já mencionado na parte de instalação telefônica.

5.6.11 Os projetos deverão apresentar no mínimo:

- Planta de cada nível da edificação com localização de pontos, caixas, quadros, racks, tubulação dutos e cabeaço com indicação especificação e numeração dos cabos utilizados.
- Legenda com a simbologia utilizada para identificar os diversos elementos do projeto.
- Esquema vertical de cabeaço de dados.

5.6.12 A PMSJ fornecerá a localização dos terrenos a serem levantados.

5.6.13 A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

LOTE VI – PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA – (DRENAGEM PLUVIAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SISTEMA VIÁRIO)

6.1. SISTEMA VIÁRIO

6.1.1 Os projetos de Sistema Viário compreenderão com os seguintes Projetos:

- Projetos Geométricos;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização;

6.1.1. No desenvolvimento dos projetos deverão ser obedecidos os procedimentos adotados pela PMMSJ, inclusive o que dispõe as Normas da ABNT em suas versões atualizadas.

6.1.2. O projeto executivo deverá apresentar, de forma clara e precisa, o memorial descritivo (concepção adotada, metodologia, parâmetros de projeto, memoriais de cálculos, especificações técnicas, quantitativos), além de peças gráficas com detalhes construtivos e as indicações necessárias à interpretação dos elementos que irão compor a execução das obras.

6.1.3. Deverá ser apresentado Memorial descritivo, caderno de especificações (contendo, também a descrição dos itens, quantitativos e unidades de medida) completos de todos os materiais e/ou serviços que compõem o projeto.

6.1.4. Deverão ser apresentadas plantas baixas, perfis longitudinais, seções transversais, cortes, detalhes específicos como sarjetas, sutamentos, interseções, e também, quadro resumo indicativo de área de pavimentação e extensão de meio fio de cada via.

6.1.5. O projeto geométrico deverá apresentar indicadores e orientação para a locação do eixo da via, constantes de tabelas, contendo:

- Coordenadas dos pontos de interseção dos segmentos retos - PIs;
- Estaqueamento ao longo do eixo, com espaçamento de 20,00 em 20,00 m;
- Estacas dos pontos de início de Curvas Circulares - Pcs;
- Estacas dos pontos de início de Ramos de Transição - TSs;
- Amplitude dos ramos iniciais de curvas de Transição Espiral - Lcs;
- Estacas dos pontos de fim dos ramos de transição com a Curva Circular - Scs;
- Amplitude dos ramos de desenvolvimento circulares - Ds;
- Amplitude dos segmentos retos entre PIs, Pcs e Pts - T (tangentes);
- Amplitude dos ângulos centrais entre os segmentos retos - Acs;
- Estacas dos pontos de término dos ramos circulares - Pts;
- Estacas dos pontos de término dos ramos circulares e início de transição espiral - Ccs;
- Amplitude dos ramos finais das curvas de Transição Espiral - Lcs;

- Estacas dos pontos finais dos ramos de Transição Espiral - Sts;
- Amarrações dos pontos notáveis – Pcs e Pts;
- Linhas indicadoras dos eixos, acostamentos e bordos da pista;
- Reticulas do sistema de coordenadas adotado.

6.1.6. O projeto de Pavimentação deverá conter:

- Seção transversal-tipo de pavimentação apresentando a geometria da pista, contendo as espessuras da sub-base, base e revestimento;
- Quadro contendo o quantitativo dos serviços que serão utilizados;

6.1.7. Para Dimensionamento do pavimento:

- O projeto de dimensionamento do pavimento será apresentado de forma a obedecer às diretrizes básicas adotadas pelo método do DNER / DNIT, para dimensionamento do pavimento em vias urbanas.
- Agrega-se a estas diretrizes iniciais as funções de segurança e conforto, como também as funções estruturais a fim de permitir a resistência de cargas cada vez maiores, inclusive levando-se em conta a hierarquização das ruas, isto é, em locais pouco trafegados por veículos pesados, com pouca densidade habitacional, a pavimentação deverá ser avaliada de forma diferente que a pavimentação nos grandes eixos urbanos, cabendo ao projetista adequar o que de melhor atender a cada caso.
- A escolha do pavimento a ser adotado deverá estar vinculada à alternativa dos materiais existentes em cada região da cidade, satisfazendo as condições de transporte, vida útil satisfatória e, ainda, incremento significativo com o uso da mão-de-obra, todos em consonância com técnicas que proporcionem durabilidade e economia.

6.1.8. No memorial será exigido texto contendo:

- Descrição das características do subleito, através do estudo geotécnico / sondagem, com resultados dos ensaios executados com as amostras coletadas;
- Considerações sobre o tráfego local: determinação do número N (número de operação equivalente do eixo padrão durante o período fixado para o projeto) utilizando os coeficientes de equivalência de cargas por eixo preconizadas no Método de dimensionamento de pavimento flexível do extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, atualmente sucedido pelo DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Projeto e concepção do dimensionamento do pavimento considerando esse dimensionamento por subtrecho de via homogênea.

6.1.9. Apresentação de desenho da seção transversal tipo, indicando a distribuição das multicamadas do pavimento e os segmentos de trechos contemplados.

6.1.10. Demais desenhos e detalhes que elucidem o projeto quando for necessário.

6.1.11. Quando se tratar de redimensionamento de pavimento, apresentar além de documentação anterior, o que se segue:

- Inventário do pavimento.
- Texto contendo memória das etapas de serviços realizados.
- Resumo dos ensaios efetuados.
- Quadro com resultado dos principais elementos do projeto de restauração.
- Notas de serviço de reparos locais.

6.1.12. O projeto de sinalização horizontal será estabelecido de forma a definir as marcações e os dispositivos auxiliares a ser implantada no pavimento com as finalidades básicas de canalizar os fluxos de tráfego e suplementar a sinalização vertical.

6.1.13. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

6.2. MACRO E MICRO DRENAGEM

6.2.1. No desenvolvimento dos projetos deverão ser obedecidos os procedimentos adotados pela PMMSJ, inclusive o que dispõe as Normas da ABNT em suas versões atualizadas.

6.2.2. O projeto executivo deverá apresentar, de forma clara e precisa, o memorial descritivo (concepção

adotada, metodologia, parâmetros de projeto, planilhas de cálculos hidráulicos, especificações técnicas, quantitativos e orçamento), além de peças gráficas com detalhes construtivos e as indicações necessárias à interpretação dos elementos que os comporão para posterior execução de obras.

6.2.3. Deverá ser apresentado Memorial descritivo, caderno de especificações (contendo, também a descrição dos itens, quantitativos e unidades de medida) completos de todos os materiais e/ou serviços que compõem o projeto.

6.2.4. O projeto executivo de macro drenagem será a base para a compatibilização dos diversos projetos complementares.

6.2.5. O projeto de macro drenagem apresentará em planta as bacias hidrográficas da área em estudo, com escala previamente indicada pela PMMSJ.

6.2.6. O projeto executivo deverá, obrigatoriamente, definir o destino final da rede projetada, incluindo justificativa para tal escolha e comprovação de sua suficiência hidráulica.

6.2.7. O projeto de macro drenagem será elaborado em consonância com o projeto geométrico. Na planta de perfis longitudinais deverão ser apresentados o greide da via e as galerias de drenagem projetadas, e indicadas as cotas do greide e de fundo das galerias, a seção e declividade para cada trecho de galeria.

6.2.8. As cotas e altitudes deverão ser expressas com base na rede de Referências de Nível (RN) do IBGE. No caso de áreas alagáveis deverá ser indicada a cota da cheia máxima.

6.2.9. Na planta baixa deverão constar a indicação do sentido do fluxo do escoamento superficial, a seção, declividade e extensão da galeria projetada, por trecho entre dois poços de visita.

6.2.10. O projeto deverá indicar em planta baixa e nos perfis todas as interferências com as canalizações das concessionárias de serviços públicos. A obtenção de tais elementos ficará a cargo da Contratada.

6.2.11. Elementos auxiliares como drenos, trincheiras, berços, barbacãs, quando propostos, deverão ser justificados e submetidos à aprovação da PMMSJ.

6.2.12. As estruturas que utilizarão concreto armado deverão ter seu cálculo e todo o detalhamento de forma e ferro anexados, **estando os custos relativos** a estes projetos **inseridos** no preço para elaboração do projeto de macro drenagem.

6.2.13. Todas as canalizações e estruturas deverão ter seus detalhes executivos apresentados, tais como: Caixas coletoras tipo “boca de lobo”, Poços de visita, bueiros, galerias, canais, muros, berços, drenos, trincheiras, barbacãs, etc.

6.2.14. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

6.3. ABASTECIMENTO DE ÁGUA e ESGOTAMENTO SANITÁRIO

6.3.1. A elaboração dos projetos de Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e de Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES de empreendimentos a serem implantados pela deverão ser precedidos do exame de VIABILIDADE TÉCNICA a ser realizado pela EMBASA. A Contratada, após receber a Ordem de Serviço para determinada área, desenvolverá uma CONCEPÇÃO DO EMPREENDIMENTO, a qual será submetida à análise da EMBASA que emitirá um LAUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA. O Referido Laudo servirá de diretriz para a ELABORAÇÃO DO PROJETO. O projeto concluído será novamente encaminhado à EMBASA que emitirá o LAUDO DE ANÁLISE DO PROJETO.

6.3.2. Peças gráficas para SAA:

- Planta Geral / Arranjo Geral.
- Planta de Interferências.
- Ligações Prediais.

- Rede: Planta (esquema) de Cálculo e Planta Baixa Executiva; Registros de Manobra e Válvulas.
- Elevatória/Booster e Linha de Recalque: Planta de Situação; Planta Baixa; Cortes, Vistas e Detalhes; Caminhamento e Perfil.
- Reservatório: Planta de Situação; Planta Baixa, Cortes, Vistas e Detalhes.
- Estação de Tratamento de Água.

6.3.3. Peças gráficas para SES:

- Planta Geral.

- Planta de Interferências.
- Ligações Domiciliares.
- Rede: Plano de Escoamento e Executiva; PV's e Detalhes.
- Elevatória e Linha de Recalque: Planta de Situação/Locação; Planta Baixa, Cortes, Vistas e Detalhes; Caminhamento e Perfil.
- ETE: Planta de Situação/Locação; Planta Baixa, Cortes, Vistas e Detalhes, Perfil hidráulico.
- Estação de Tratamento de Esgoto.

6.3.4. PROJETOS PARA SAA E SES:

- Instalações Prediais.
- Estrutural.
- Arquitetura e Urbanismo.
- Outros, conforme necessidade apontada pela EMBASA ou PMMSJ.
- Os **custos relativos** a estes projetos complementares já devem estar **inseridos** no preço para elaboração do projeto de SAA e SES.

6.3.4.1 Somente com a APROVAÇÃO da EMBASA o projeto será recebido pela PMMSJ e liberado para pagamento.

6.3.5. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

6.4. TERRAPLENAGEM

6.4.1. No desenvolvimento dos projetos deverão ser obedecidos os procedimentos adotados pela PMMSJ e o disposto nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em suas versões atualizadas.

6.4.2. O projeto executivo deverá apresentar, de forma clara e precisa, o memorial descritivo (concepção adotada, metodologia, parâmetros de projeto, planilhas de cálculos, especificações técnicas, quantitativos e orçamento), além de peças gráficas com detalhes construtivos e as indicações necessárias à interpretação dos elementos que os compõem para posterior execução de obras.

6.4.3. O projeto de terraplenagem deverá ser elaborado em consonância com o projeto geométrico da via por meio de planta baixa, perfis longitudinais e seções transversais, além de peças eventualmente exigidas para o desenvolvimento do projeto.

6.4.4. O projeto executivo de terraplenagem será a base para a compatibilização dos diversos projetos executivos complementares.

6.4.5. Deverá ser apresentado Memorial descritivo, caderno de especificações (contendo, também a descrição dos itens, quantitativos e unidades de medida) completos de todos os materiais e/ou serviços que compõem o projeto.

6.4.6. Deverão ser apresentadas as Notas de Serviço e os Quadros de cubação com os volumes de corte e aterro das vias projetadas e das quadras lindeiras, quando for o caso.

6.4.7. A entrega final do projeto deverá ser em 02 (duas) vias devidamente encadernadas e assinadas juntamente com os arquivos magnéticos correspondentes será feita após todas as revisões.

6.5. FISCALIZAÇÃO DE OBRA

6.5.1. Compreenderá os serviços de controle e acompanhamento técnico de obras.

6.5.2. Uma vez realizados todos os ajustes, complementações e detalhamentos necessários para o completo entendimento do projeto, e estando as obras em andamento, deverão ser executados todos os serviços de controle e acompanhamento técnico e adotadas as providências necessárias ao seu perfeito andamento e à obtenção de um cadastro completo e fiel do Empreendimento implantado.

6.5.3. A metodologia de execução exposta a seguir envolve a forma e os métodos para o desenvolvimento dessas atividades. São descritos os produtos a serem fornecidos e apresentados, os equipamentos e recursos técnicos propostos para se utilizar no desenvolvimento dos trabalhos.

6.5.4. Implantação da Empreiteira Contratada na Obra:

- Planejamento e organização dos Canteiros da Obra em conjunto com as contratadas;

- Definição das Normas e Procedimentos Operacionais que disciplinarão os trabalhos assegurando a minimização de transtornos para a população e para o trânsito de veículos e pedestres.

6.5.5. Planejamento e Controle:

- Planejamento da implantação, controle físico e financeiro da execução das obras;
- Planejamento de cada obra, em conjunto com a Empreiteira, e implantação das providências para o seu perfeito desempenho;
- Programações detalhadas, fixando prioridades de serviços e interferindo quando necessário na execução, para garantir sua qualidade e conclusão no tempo oportuno.

6.5.6. Fiscalização da Empreiteira:

- Garantindo a manutenção dos canteiros de obra permanentemente limpos;
- Assegurando a qualidade e conformidade das obras com os Contratos, Desenhos e Especificações Técnicas;
- Resolvendo na obra os problemas que ocorram, controlando as alterações;
- Cumprimento pelas Contratadas das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho no Canteiro de Obra.

6.5.7. Acompanhamento e Controle:

- Acompanhamento e Controle da execução dos serviços, aferindo o progresso das obras.

6.5.8. Elaboração de Relatórios:

- Boletins informativos semanais, com destaque nos itens críticos definindo ações preventivas e corretivas para recuperação e correção de desvios, definindo prazos para sua implantação;
- Relatórios de Produção, com verificação dos eventos e/ou quantitativos de serviços dos projetos executados, bem como a comprovação de que os serviços foram concluídos na qualidade requerida conforme os projetos e especificações.

6.5.9. Apoio Técnico às Obras:

- Análise dos Projetos com as Empreiteiras, identificando problemas construtivos, discutindo-os e solucionando-os mediante entendimentos entre a Projetista e Empreiteira;
- Orientação técnica às Empreiteiras na execução das obras e serviços;
- Suporte técnico no desenvolvimento dos serviços das contratadas com relação aos serviços;
- Disponibilização, com veículo próprio, para acompanhamento das obras de drenagem, pavimentação, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

6.5.10. Recebimento das Obras:

- Acompanhamento da execução dos testes;
- Compilação dos manuais e catálogos dos sistemas executados;
- Elaboração do Relatório dos testes tecnológicos;
- Relatório da Qualidade.

6.5.11. Mobilização:

- São desenvolvidos esforços especiais pela Empreiteira, que deve construir sua infra-estrutura de implantação e mobilizar recursos humanos, físicos e estratégicos e pela Gerência, que tem obrigações urgentes relativas ao fornecimento de desenhos atualizados em última revisão e liberados para construção.

- Paralelamente são definidos os critérios para controle da qualidade e de medição do progresso dos serviços, bem como os procedimentos de construção e montagem e as normas operacionais do canteiro de obras.

- No final do período de mobilização, devem estar já acertados os detalhes da programação contratual, em função do escopo dos serviços, das condições do canteiro, se houver disponibilidade de projetos e materiais para a execução das obras.

6.5.12. Análise da Documentação Técnica:

- Após a contratação da Empreiteira e antes do início da execução, a equipe de gerenciamento fará a análise de toda a documentação técnica disponível para o desenvolvimento dos serviços, entre as quais se destacam:

- Desenhos, especificações e listas de materiais;
- Contratos e anexos;
- Proposta da Empreiteira contratada.

- Esses estudos serão organizados por setores de trabalho e acompanhados por visitas a todas as áreas de implantação das obras fornecendo à equipe de gerenciamento detalhes do projeto e das características locais onde se desenvolverão as obras.

6.5.13. Reunião com a Empreiteira:

- Paralelamente à análise da documentação técnica, a CONTRATADA fará uma reunião inicial com a Empreiteira, na qual será preparado o planejamento e a organização do canteiro de obras, cabendo à Empreiteira a elaboração da macro-programação operacional.

- A CONTRATADA considera que a Empreiteira estará oficialmente instalada na obra e devidamente mobilizada para a execução dos serviços com a realização da reunião, onde os seguintes itens serão abordados:

- Diretrizes para a manutenção do canteiro;
- Entrega de toda a documentação técnica: projetos, especificações, listas de materiais, etc.

- Definição dos procedimentos relativos a:

- Elaboração das Programações Operacionais;
- Preenchimento do Livro da Obra;
- Elaboração das Medições dos Serviços;
- Qualidade;
- Sinalização;
- Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho.

6.5.14. Acompanhamento da Execução:

- A equipe de gerenciamento de obras executará as atividades de Fiscalização técnica dos serviços executados pela Empreiteira.

6.5.15. Diretrizes Técnicas:

- O planejamento dos serviços deve atender, às questões de segurança e qualidade da obra.

6.5.16. Materiais:

- Só devem ser empregados nas obras os materiais aceitos pela Fiscalização, cabendo a ela a inspeção legalmente e os métodos construtivos aprovados.

6.5.17. Acompanhamento e Controle Qualitativo das Obras:

- O programa de acompanhamento e controle qualitativo das obras tem por objetivo sintetizar os procedimentos técnicos usuais, necessários ao controle de construção.

6.5.18. Apoio Técnico:

- A atividade de Apoio Técnico engloba as ações:
- Medições: a serem realizadas em conjunto com a Empreiteira, sendo encaminhadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO para serem atestadas pela fiscalização da Prefeitura . O levantamento dos quantitativos dos serviços de implantação das obras será feito de acordo com os critérios de medição estabelecidos no projeto e nas especificações;
- Arquivo: a organização e arquivamento dos dados, relatórios e documentos das obras é indispensável para um adequado controle de construção, permitindo à equipe consultar e analisar os elementos definidores do projeto das obras como construídas, de modo a proceder a levantamentos em qualquer época e, com base em dados organizados e sistematizados, tomar decisões ou recomendar providências ao atendimento dos requisitos.

6.5.19. Garantia da Qualidade:

- A Garantia da Qualidade, como setor da organização gerencial, vem cada vez mais assumindo o seu lugar nas atividades de Gerenciamento da implantação de empreendimentos.
- O nível de qualidade definido para o empreendimento o será também para cada tarefa a ser executada, respeitando-se as normas e padrões aplicáveis para cada tipo de serviço em execução.
- A qualidade deve ser garantida através de controle previamente elaborado para esta finalidade.
- Assim sendo, procedimentos e instruções técnicas deverão estar perfeitamente definidos e disponíveis para o executante antes do início de um determinado serviço, evitando que itens importantes para a funcionalidade e segurança do equipamento ou instalação em questão sejam esquecidos, comprometendo o sucesso final do empreendimento.
- Cabe à área de garantia da qualidade da CONTRATADA a responsabilidade pela criação de instrumentos que possibilitem garantir a qualidade através de controles adequados, no grau requerido para o empreendimento.

6.5.20. Relatórios:

- Para manter a PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO perfeitamente inteirada do andamento dos trabalhos de execução das obras e das tarefas de controle, bem como para efeito de registro das operações construtivas e dos resultados obtidos, elaborar-se-ão relatórios mensais.
- Assim, mensalmente será apresentado relatório, que permitirá a verificação dos serviços de construção nas diversas obras.
- Esses relatórios informarão sobre o andamento dos serviços e visarão identificar eventuais fatores ou problemas que estejam afetando o progresso dos mesmos, bem como caracterizar possíveis repercussões posteriores, de modo a permitir decisões que se façam necessárias.
- A Obra deverá possuir como instrumento de controle o Diário de Obras.

6.5.21. Relatório Final:

- Por ocasião da conclusão dos serviços de supervisão das obras do empreendimento, será apresentado um Relatório Final consubstanciado, contendo os elementos, dados e conclusões de todo o trabalho e que deverá permitir a avaliação de todas as fases dos serviços.
- Conterá, também, o resultado de todos os controles efetuados, as informações, desenhos, gráficos e anexos que venham auxiliar a sua análise. Será apresentado em 03 (três) vias.

ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2020**DECLARAÇÃO**

Declaramos, em atendimento ao previsto do **item 9.10.5.** da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2020**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99).

Observação: Caso não possua aprendiz, a licitante deverá retirar a expressão SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ da declaração.

Mata de São João, _____ de _____

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observações: Emitir em papel que identifique a licitante.
Declaração a ser emitida pela licitante.

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020

A **Prefeitura de Mata de São João**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede à Rua Luiz Antônio Garcez, s/n, Centro, Mata de São João - Bahia, neste ato representado _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/0001-__, estabelecida à Rua _____, nº ____, Edifício _____, _____, no Município de _____ CEP: _____, através de seu Representante Legal, _____, portador de cédula de identidade nº _____ SSP/BA e CPF nº _____, denominando-se a partir de agora, simplesmente, **CONTRATADA**; firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020**, pelo Prefeito Municipal em ____/____/____; **Processo Administrativo nº. 1.091/2020**, sujeitando-se os contratantes à Lei Municipal de Licitações nº. 294/2006, à Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas modificações), pela Lei Complementar nº. 123/06, Lei Federal nº. 11.598/07 e regulamentada supletivamente pela Lei Municipal nº. 456/10 e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contratação de empresa(s) especializada(s) para em execução de Projetos Arquitetônicos, Topográficos, Sondagem, Estruturais, Complementares (Instalações Elétricas, Climatização, Gases, Hidrossanitárias, Combate a Incêndio, Telefonia e Lógica), Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Sistema Viário) e Terraplenagem para atender as necessidades da PMMSJ - Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

Parágrafo Único: O processo, normas, instruções, Edital, anexos e especificações, assim também a proposta da **CONTRATADA** constante na licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020**, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independente de transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. A **vigência** do presente Contrato será até **31 de dezembro de 2020**.

2.2. O prazo de **execução** dos serviços, objeto do presente contrato, deverá ser concluída conforme os prazos máximos determinados nas Ordens de Serviços, a contar do recebimento destas.

2.3. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no §1º do art. 57, observando-se o disposto no seu § 2 da Lei Federal nº. 8.666/93.

2.4. Os serviços deverão ser prestados, no município de Mata de São João-BA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. O presente Contrato subordina-se ao **regime de execução por empreitada por preço unitário**, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

A – da **CONTRATADA**:

- I. executar os serviços na forma ajustada;
- II. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- III. manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IV. apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- V. responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- VI. responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Contrato;
 - a) Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a

CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará ao **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento

- VII. Comunicar, por escrito, ao **CONTRATANTE** qualquer dificuldade eventual que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;
- VIII. Submeter à análise e aprovação da **CONTRATANTE** se necessária a alteração de qualquer integrante da Equipe Técnica indicada para a prestação do serviço e apresentada no processo licitatório, devendo ser observado que o substituto tenha acervo técnico equivalente ou superior ao do profissional anterior;
- IX. Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato a terceiros;
- X. Arcar com todos os encargos de naturezas tributária, social, parafiscal, as obrigações trabalhistas e previdenciárias, vez que não haverá vínculo empregatício dos empregados da **CONTRATADA** com a **CONTRATANTE**;
- XI. Arcar com todas as obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho das suas tarefas, ainda que ocorrido nas dependências da **CONTRATANTE**;
- XII. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a responsabilidade por seu pagamento a **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- XIII. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionada a este Contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.
- XIV. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração desde que praticada por seus empregados nas dependências da **CONTRATANTE**;
- XV. Atender, com presteza, as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua correção sem ônus para a **CONTRATANTE**;
- XVI. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da **CONTRATANTE**, porém sem qualquer vínculo empregatício com esta;
- XVII. Assumir responsabilidade integral por todos os danos que possa causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste Contrato;
- XVIII. Responder por todos os danos e prejuízos, decorrentes das paralisações na execução deste Contrato, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, desde que devidamente apurados na forma da legislação vigente e sejam comunicados ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de até 2 (dois) dias da ocorrência.
- XIX. Apresentar **ART e ou RRT** emitida pelo CREA e/ou CAU, referente ao objeto desta licitação, referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, e outras peças técnicas em conformidade com a Súmula TCU 260;
- XX. Executar os serviços de acordo com os elementos que integram o Edital, a legislação pertinente e a proposta apresentada.
- XXI. Nos preços contratados estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços, transporte dos equipamentos, instalação, montagem, desmontagem, frete, seguro, taxas, combustível, impostos e demais encargos incidentes, incluindo também as despesas com alimentação, transporte e hospedagem dos funcionários não cabendo quaisquer reclamações posteriores; constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato;
- XXII. No ato da assinatura do Contrato, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:
 - a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
 - b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

B - do **CONTRATANTE**:

- I - efetuar o pagamento ajustado;
- II - fiscalizar a execução deste Contrato; e
- III - dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato.
- IV - dar ciência à **CONTRATADA** de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste Contrato.
- V - verificar e aceitar as Notas Fiscais/ Faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

Parágrafo Único: É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. A **PMMSJ** pagará à Contratada, no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, após aprovação das medições mensais, de acordo com os serviços efetivamente executados, e após o recebimento, conferência e aceite dos serviços executados, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/ Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

4.1.1. O **valor total** deste Contrato é de _____.

4.1.2. A conferência dos serviços executados se dará em conformidade com as medições mensais e deverão ter a aprovação da **Secretaria de Obras e Serviços Públicos SEOSP/PMSJ**.

4.1.3. A Ordem Bancária será emitida em nome da **CONTRATADA** para o **Banco** _____, **Agência nº** _____, **Conta Corrente nº** _____.

4.1.4. A **CONTRATANTE** antes de efetuar o pagamento poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto aos órgãos fazendários e trabalhista, a regularidade relativa a Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta “on line”, cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

4.1.5. O valor do Contrato poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses, a partir da data da proposta, tomando-se por base a variação do índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Mata de São João, à conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei N.º 765/2019:

ÓRGÃO/U.O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATURA DA DESPESA	FONTE
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	16	512	003	1007	Ampliar o Sistema de Abastec. de Água	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	17	512	003	1008	Concluir Sistema de Esgot Sanitário	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	15	451	003	1009	Pavimentação, Cont., Dren. Paisag. Nas Ruas, Av e Encostas	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	04	122	003	1011	Construção, Ampliação e Requalificação de Prédios Públicos	3.3.90.39.23	00 42
07.00 – SEOSP 07.07 - SEOSP	15	451	003	1012	Construção, Ampliação e Requalificação de Equipamentos Públicos	3.3.90.39.23	00 42
05.00 – SEDUC 05.05 – SEDUC	12	361	004	1002	Amp. Refor. Const. De Escolas, Bibliotecas, Lab. de Informática	3.3.90.39.23	01 04
05.00 – SEDUC 05.05 – SEDUC	12	365	004	1003	Amp. Refor. Const. De Escolas de Educ. Infantil/Creche	3.3.90.39.23	01 04
09.00 – SECULT 09.16 – FMC	23	695	008	1016	Construção, Implantação, Ampl. e Rest de Centros Volt. às Ações Cult. e Turísticas	3.3.90.39.23	00

ÓRGÃO/ U.O	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
06.00 – SESAU; 06.06 – Fundo Municipal de Saúde.	10	301	005	2020	Gestão das Ações de Atenção Básica	3.3.90.39.23	02

06.00 – SESAU; 06.06 – Fundo Municipal de Saúde.	10	302	005	2019	Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.3.90.39.23	02

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL e DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1. Este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início dos serviços solicitados;
- V - a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX - a dissolução da sociedade;
- X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. Poderá a **CONTRATANTE**, por meio de comunicação escrita e fundamentada da autoridade competente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, rescindir unilateralmente ou amigavelmente, este instrumento, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, com fulcro no art. 79, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.2. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 65 da lei 8666/93.

6.3. Quando a rescisão deste Contrato ocorrer com base nos incisos XII e XII do art. 78 da Lei Federal n.º. 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será esse ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito as hipótese previstas nos incisos I, II e III do art. 79, § 2º da mesma Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

7.1.1. no caso de recusa injustificada do adjudicatário em executar os serviços, dentro do prazo estipulado, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando ao pagamento de multa compensatória, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total do pedido;

7.1.2. multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, a contar da data fixada para o início ou conclusão dos serviços, calculada sobre o valor total do pedido;

7.1.3. A PMSJ poderá reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à PMSJ.

7.2. As multas aplicadas serão deduzidas do valor total do Contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso.

7.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

7.4. Para fins de aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.5. Independentemente das multas aqui previstas, a PMMSJ poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

7.5.1. Advertência;

7.5.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.5.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do Art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. No curso da execução deste instrumento, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

§ 1º. A fiscalização e o acompanhamento do Contrato ficarão a cargo do (a) a Assessor Técnico da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Coordenador de Manutenção de Prédios Públicos e/ou Coordenador de Engenharia e Obras e/ou Coordenador de Serviços Públicos Sede e/ou Coordenador de Serviços Públicos Litoral e/ou Assessor Técnico. e o **Gerenciamento** será feito pelo (a) Coordenador de Planejamento e Projetos

§ 2º. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em co-responsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do Contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA –DO FORO

9.1. Para todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:

CONTRATADA